

Ata da 947^a

Sessão de 26/06/2012

1 **947ª Sessão do Conselho Universitário.** Ata. Aos vinte e seis dias do mês de
2 junho de dois mil e doze, às quatorze horas, reúne-se o Conselho Universitário,
3 na Sala do Conselho Universitário, na Cidade Universitária "Armando de Salles
4 Oliveira", sob a presidência do Magnífico Reitor, Prof. Dr. João Grandino Rodas
5 e com o comparecimento dos seguintes Senhores Conselheiros: Helio
6 Nogueira da Cruz, Vahan Agopyan, Marco Antonio Zago, Maria Arminda do
7 Nascimento Arruda, Telma Maria Tenorio Zorn, Sandra Margarida Nitrini,
8 Sérgio França Adorno de Abreu, Reinaldo Guerreiro, Fábio Frezatti, Marcelo de
9 Andrade Roméro, Ana Lúcia Duarte Lanna, Mauro Wilton de Sousa, Maria Dora
10 Genis Mourão, Lisete Regina Gomes Arelaro, Julio Roberto Groppa Aquino,
11 Antonio Carlos Hernandez, Osvaldo Novais de Oliveira Junior, Renato de
12 Figueiredo Jardim, Alejandro Szanto de Toledo, José Roberto Cardoso, Lucas
13 Antonio Moscato, Geraldo Roberto Martins da Costa, Luiz Gonçalves Neto,
14 José Otávio Costa Auler Júnior, Sandra Josefina Ferraz Ellero Grisi, Benedito
15 Carlos Maciel, Marcos Felipe Silva de Sá, Walter Ribeiro Terra, Albérico Borges
16 Ferreira da Silva, Artur de Jesus Motheo, José Carlos Maldonado, Flávio Ulhoa
17 Coelho, Carlos Eduardo Ferreira, Fábio Luiz Teixeira Gonçalves, Tércio
18 Ambrizzi, Paulo Roberto dos Santos, Dulcinéia Saes Parra Abdalla, Fernando
19 Salvador Moreno, Rui Curi, Luiz Roberto Giorgetti de Britto, Carlos Eduardo
20 Falavigna da Rocha, Elizabeth Höfling, Marisa Aparecida Bismara Regitano
21 D'arce, Joaquim José de Camargo Engler, Enrico Lippi Ortolani, José Antonio
22 Visintin, Miriam Aparecida Barbosa Merighi, Raquel Rapone Gaidzinski, Silvia
23 Helena de Bortoli Cassiani, Maria Helena Palucci Marziale, Valdemar Mallet da
24 Rocha Barros, Léa Assed Bezerra da Silva, José Carlos Pereira, Luiz Fernando
25 Pegoraro, Rodney Garcia Rocha, Gerson Aparecido Yukio Tomanari, Vera
26 Silvia Raad Bussab, Michel Michaelovitch de Mahiques, Fernando Luis Medina
27 Mantelatto, Francisco de Assis Leone, Carlos Eduardo Negrão, Júlio Cerca
28 Serrão, Sérgio de Albuquerque, João Luis Callegari Lopes, Oswaldo Yoshimi
29 Tanaka, Douglas Emygdio de Faria, Elisabete Maria Macedo Viegas,
30 Sigismundo Bialoskorski Neto, Eliezer Martins Diniz, José Jorge Boueri Filho,
31 Nei Fernandes de Oliveira Júnior, Domingos Sávio Giordani, Ignácio Maria
32 Poveda Velasco, Guilherme Adolfo dos Santos Mendes, Maria Regina Torqueti
33 Tolo, Carlos Alberto Ferreira Martins, Eduvaldo Paulo Sichieri, Pedro
34 Bohomoletz de Abreu Dallari, Amâncio Jorge S. Nunes de Oliveira, Hussam El
35 Dine Zaher, José Roberto Machado Cunha da Silva, Luiz Nunes de Oliveira,
36 Silvio Burrattino Melhado, Adrián Pablo Fanjul, João Bosco Nunes Romeiro,
37 Sedi Hirano, Nilson Dias Vieira Júnior, Neli Maria Paschoarelli Wada, Marcello
38 Ferreira dos Santos, Alexandre Pariol Filho, Barbara Grayce Guimarães, Raul
39 Santiago Rosa, Arian Rodolfo Cavalheiro Fuentes, Letícia Alcantara de Freitas,
40 Eli da Silva Ferreira Júnior, Lucas Oliveira Viana, James Emanuel Candido,
41 Gilberto Américo da Silva, Gabriela Nunes Machado, Marcos de Mattos
42 Pimenta, Tirso de Salles Meirelles, Antenor Cerello Junior e José Luiz Borges
43 Andreoli. Presente, também, o Prof. Dr. Rubens Beçak, Secretário Geral.
44 Justificaram antecipadamente suas ausências, sendo substituídos por seus
45 respectivos suplentes, os Conselheiros: Romualdo Luiz Portela de Oliveira,
46 Giovanni Guido Cerri, Berenice Bilharinho de Mendonça, Valdecir de Assis
47 Janasi, Jorge Mancini Filho, José Vicente Caixeta Filho, Diná de Almeida Lopes
48 Monteiro da Cruz, Sebastião de Sousa Almeida, Maria Augusta Peduti
49 Dal'Molin Kiss, Walter Belluzzo Jr., Maria Hermínia Brandão Tavares de
50 Almeida, João Guilherme Sabino Ometto e Fábio de Salles Meirelles.

51 Justificaram, ainda, suas ausências os Conselheiros: Antonio Magalhães
52 Gomes Filho, José Rogério Cruz e Tucci, Fernando Rei Ornellas, Alexandre
53 Nolasco de Carvalho, Jorge Kazuo Yamamoto, Carlos de Paula Eduardo,
54 Belmiro Mendes de Castro Filho, Helena Ribeiro, Edson Roberto Leite, Valdir
55 José Barbanti, Gonzalo Vecina Neto, Winicius Oliveira do Carmo e José Arana
56 Varela. Havendo número legal de Conselheiros, o Magnífico Reitor declara
57 aberta a sessão, lembrando que já foi realizado um Conselho temático tendo
58 como discussão os temas sobre Estrutura do Poder na USP e Inclusão Social e
59 Cotas. Informa que a sessão de hoje é uma retomada daquelas discussões e
60 apresentações. Informa, também, que na primeira reunião regular do Conselho,
61 esses dois temas já constarão da pauta. Ato seguinte, passa a palavra ao
62 Secretário Geral para a condução das apresentações, lembrando que, segundo
63 foi combinado, haverá no máximo três horas para a apresentação da Estrutura
64 do Poder e no máximo uma hora para o tema Inclusão Social e Cotas. Explica
65 que essa temática não significa detrimento a nenhum dos temas, mas
66 simplesmente porque o primeiro tema já possuía um número maior de inscritos,
67 podendo ser invertida ou modificada nas próximas reuniões. Esclarece que
68 esses temas constarão da pauta da reunião regular do Conselho apenas para
69 possibilitar algum encaminhamento através de votação. **Prof. Dr. Rubens**
70 **Beçak**: “A Secretaria Geral preparou a pauta que foi distribuída e o temário da
71 reunião de hoje consta de Estrutura do Poder na USP, com previsão de até três
72 horas de discussão, quando então passaremos ao segundo tema, sobre
73 Inclusão Social/Cotas. Conforme as normas complementares que constaram
74 no sítio da Secretaria Geral, abriu-se a palavra para apresentadores e para
75 inscritos. A Secretaria Geral projetará dois apresentadores do primeiro tema, o
76 Prof. Dr. Renato Janine Ribeiro, que fará uma síntese da reunião que relatou
77 no Conselho temático de 9.11.2010 e apresentação de uma proposta. Em
78 seguida, teremos a apresentação do Prof. Dr. Marcos Felipe Silva de Sá, que
79 foi da Comissão de Reforma do Estatuto e virá, igualmente, com uma proposta.
80 Cada um deles terá vinte minutos para sua apresentação. No tema Inclusão
81 Social/Cotas temos dois apresentadores, a Pró-Reitora de Graduação, Prof.^a
82 Dr.^a Telma Maria Tenório Zorn e o Conselheiro Leandro Salvático Freitas da
83 Silva. Os apresentadores terão 20 minutos para expor.” **Prof. Dr. Renato**
84 **Janine Ribeiro: (apresentação)** “Quero agradecer ao Magnífico Reitor por ter-
85 me convidado, pois não pertencço mais a este Colegiado. Na verdade já estou
86 aposentado, portanto posso fazer essa exposição estando fora da USP. Sou
87 uma pessoa eternamente, doravante, inelegível para qualquer cargo na USP. É
88 nesta condição que farei as propostas, começando por expor o que foi a
89 discussão em 2011, quando fiz uma primeira apresentação do tema. A questão
90 da mudança de escolha do Reitor é muito importante por algumas razões
91 significativas. Em primeiro lugar, o colégio final de escolha no segundo turno é
92 muito restrito. Ele até se compõe de um número grande em termos absolutos,
93 superior a trezentas pessoas, mas representa pequena parcela da
94 Universidade. Além do mais, pessoalmente, não simpatizo com o mecanismo
95 da lista tríplex. Tentarei colocar propostas que tentem viabilizar estas
96 questões. Acredito que todos já tenham um certo conhecimento delas, porque
97 todas as propostas, inclusive o meu *Power Point*, foram disponibilizadas na
98 pasta do Conselho - à qual não tive acesso, não sendo mais conselheiro, de
99 forma que só agora pude olhar as propostas do Prof. Marcos Felipe e do Prof.
100 Flávio Ulhoa. Mas o ponto crucial é que, sendo pequeno, o colégio eleitoral do

segundo turno se sujeita a manipulações e pressões, uma vez que os quatro Conselhos estão ligados diretamente a Pró-Reitores e os Pró-Reitores têm poder – que, com frequência, se expressa no fato que sejam candidatos, o que, aliás, me parece legítimo. É importante retirarmos esse controle tão próximo que a Reitoria tem sobre a sucessão. Foi por isso que insisti, quando representava a categoria dos Professores Titulares no Conselho, que o assunto fosse resolvido a uma longa distância das eleições. Agora, já corremos o risco de sermos contaminados pelos interesses de candidaturas. Mesmo assim será decisivo, se na gestão do Prof. João Grandino se conseguir modificar a forma de escolha. Há um problema de representatividade, dizia eu. O Reitor da USP será mais representativo se tiver uma votação maior. Afirma-se que os titulares têm um peso grande na escolha do Reitor; mas nem isso é verdade total, pois esta categoria, que hoje está representada pelo Prof. Dr. Luiz Nunes de Oliveira, devendo contar hoje com mais de mil membros, deve ter apenas um pouco mais do que cem que votam no segundo turno e que, além disso, só compõe uma lista tríplice, não elege o Reitor. Outro problema que temos é a arma nas mãos do Governador: a lista tríplice. O Governador pode tudo e pode nada. Quero dizer, ele não pode fazer uma intervenção de meio termo, de um terço de termo, de um quarto de termo: ou ele deixa de nomear o primeiro da lista ou ele referenda o primeiro da lista. Em todas as eleições a partir de 1997, o Reitor fez o seu sucessor, com exceção da vez quando o Governador interveio. Digo isso com todo o respeito a nosso Reitor. Aliás, esse próprio fato mostra a dificuldade que a Universidade tem de, ela própria, mudar de rumos. Com exceção dessa feita, todas as vezes o Reitor fez o seu sucessor. Ora, precisamos ter um sistema no qual, se a Universidade entender que deva mudar de rumos, não precise depender de uma autoridade de fora, coisa que, particularmente, não acho positiva. Em 2010, insisti para que fosse alterada a forma de escolha do Reitor, e o Prof. Grandino pediu que expusesse o assunto, o que posteriormente fiz. Mas na ocasião não cheguei a formular uma proposta; propus mais propriamente o encaminhamento. Hoje, serei mais específico. O primeiro ponto que proponho é: substituição do atual colégio do segundo turno pelo do primeiro turno. Assim, se mantivermos os dois turnos, será com o mesmo colégio, que seria o do atual primeiro turno. Com isso passaríamos de menos de quatrocentos eleitores para perto de dois mil. Seria um salto grande. Além de envolver mais membros da Universidade na escolha, tornará difícil o controle das autoridades universitárias sobre o colégio. Esse colégio será composto por aqueles que têm uma atuação viva na Universidade, isto é, o Conselho Universitário, os Conselhos Centrais e as Congregações. Claro que se pode pensar em outras formas de ampliação; eu já sugeri a inclusão dos Conselhos Departamentais e das Comissões Estatutárias, e continuo favorável a isso; mas o ponto de partida seria este. Aliás, como legalmente a única instância de mudança da forma de escolha do Reitor é este Conselho, é aqui que a questão deve ser discutida e votada. Isso significa que não será a melhor escolha para todos, mas, como se sabe, às vezes a melhor escolha é a que não é melhor para ninguém isoladamente, mas na qual o coletivo chega a um acordo. Segundo ponto: a candidatura precisaria ser proposta com apoiantes. Haveria alguma forma de limitar o número de candidatos. Na prática temos isso há bastante tempo. Como diz o Prof. Flávio, sabemos com antecedência quem são os oito candidatos. São oito candidatos porque são oito vagas, se elas fossem dez eles seriam dez. Precisamos ter

151 uma trava, por razões que já exporei. Pode ser o apoio de 5% dos eleitores;
152 cada eleitor só poderia lançar um nome. Mas seria obrigatório cada membro do
153 colégio votar em dois ou três nomes, dentre os inscritos. Por quê? Para termos
154 um resultado que constitua uma lista representativa. Vamos supor que, no
155 esquema que estou propondo, se pudesse votar em qualquer nome de
156 professor titular, qualquer elegível. Imaginemos um candidato, o professor X.
157 Ele poderia combinar, com os eleitores de cada Unidade que o apoiam, que
158 cada um votaria nele e em dois nomes da Unidade. O resultado seria uma alta
159 votação para ele, pequena para os demais e, além disso, um sinal claro de
160 quais Unidades o apoiaram mais e quais, menos. Ele poderia rastrear quais
161 votaram, ou não, nele. Isso, temos que evitar. Mas o principal é formar uma
162 lista representativa, composta de nomes que sejam votados de maneira
163 significativa. Por isso, considero importante que acabe o voto seco. O voto
164 seco é aquele que se dá num nome, apenas num. Mas, se cada eleitor tiver
165 que votar em dois ou em três nomes dentre um rol de oito ou dez inscritos (por
166 hipótese), os eleitores comporão uma lista final que terá mais votos do que tem
167 hoje. Hoje, temos listas finais em que nenhum nome alcança a maioria absoluta
168 dos eleitores. Será bom ter uma lista final em que um, dois, ou mesmo três
169 nomes contem com o aval da maioria da Universidade. Isso é decisivo para
170 que esses nomes apareçam como representando uma vontade. O ponto
171 seguinte seria a questão da lista tríplice. Há colegas que a defendem, por
172 acreditar que é uma trava favorável à qualidade, há outros que se opõem a ela.
173 Pessoalmente, não gosto dessa intervenção que é tudo ou nada. Mas sugiro
174 um meio termo. A proposta é: se houver maioria absoluta, se a votação resultar
175 em maioria absoluta de algum nome, esse nome é Reitor. O mais votado, aliás.
176 Vamos lembrar que no esquema que estou sugerindo existe a possibilidade de
177 três nomes terem mais votos que a maioria absoluta. Tendo por exemplo dez
178 candidatos, se todo mundo votar em três nomes, pode ser que três nomes
179 tenham maioria absoluta. O mais votado deles seria o Reitor. Em contrapartida,
180 se nenhum nome tiver maioria absoluta, iria a lista tríplice ao Governador, uma
181 lista tríplice com mais apoio, com mais significação do que o sistema atual
182 permite. Todos sabem que já aconteceu em algumas Unidades pequenas de
183 ser nomeado o Diretor tendo um ou dois votos, porque era o último da lista
184 tríplice. Evidentemente, não queremos algo assim, queremos uma
185 representação. Não digo que esta proposta seja perfeita. Ela corre o risco de
186 emplacar candidatos medianos, que não incomodem a ninguém, que consigam
187 apoio por serem um denominador comum bastante baixo. Mas mesmo assim
188 ele tem suas vantagens. Não só os nomes serão mais representativos como,
189 também, esse sistema instigará a Universidade a resolver o assunto
190 internamente. Por exemplo, se três candidatos fizerem um acordo nesse
191 esquema que estou propondo, nenhum deles terá interesse em trair o acordo.
192 Sabemos que isso já aconteceu. Mas, se três pessoas disserem 'peço aos
193 meus eleitores para votarem em você', nesse esquema nenhum tem interesse
194 em trair o outro, porque se trair o acordo pensando em levar o voto dos outros,
195 também há de perder votos e de deixar a decisão para o governador. Mas o
196 principal é que, se houver maioria absoluta, o que é uma coisa que dependerá
197 da Universidade e dos candidatos, não haverá lista tríplice. E, se não houver
198 maioria absoluta, a formação da lista será facilitada, porque cada eleitor vota
199 em dois ou mesmo três nomes. Os acordos entre candidatos são incentivados,
200 a escolha fica despersonalizada. Se tivermos três candidatos que tenham um

projeto parecido ou próximo e consigam ter votos em conjunto, então, não está mais o nome de fulano ou beltrano: está a candidatura. Finalmente, se houver a lista tríplice, ela será de nomes que foram bem votados. Isso também traz uma consequência diferente das outras propostas em pauta. Não haveria chapa, porque justamente uma negociação que pode haver - e que é legítima - pode levar aqueles, que são candidatos e estão aliados, a sugerir que, depois de escolhido o Reitor, outro deles se prepare para a Vice-Reitoria. Mas essa é uma questão que pode ser definida depois. Esta é a proposta, senhores conselheiros. Como procedimento de votação, que é atribuição do Magnífico Reitor, sugiro que se coloque em votação, inicialmente, a questão do colégio que irá votar para Reitor. A primeira hipótese seria - e é a hipótese que eu sugiro, porque acho que é a que seria mais factível em um curto prazo - a decisão final no âmbito da Universidade caber ao atual colégio de primeiro turno. Segundo ponto, discutir se é para ampliá-lo - proposta do Prof. Marcos Felipe e do Prof. Benedito Maciel, com a qual concordo - com a inclusão dos Conselhos Departamentais e outras Comissões, ou não. Ou até ir mais longe que isso, se for esse o entendimento do Conselho. Depois, sugiro que se vote a proposta sobre o fim do voto seco junto com a regra de cada eleitor tendo que votar em mais de um nome e a da inscrição obrigatória dos candidatos; também se votaria, no momento devido, se se mantém ou não a lista tríplice. O problema da lista tríplice é que ela permite que uma única pessoa zere todo o sistema ou altere todo um sistema que ocorreu. É uma intervenção muito forte. Eu veria menos problemas na lista tríplice se ela fosse submetida a um coletivo. Se o Governador, por exemplo, formasse uma Comissão, mesmo 'ad hoc', que ouvisse os candidatos, que discutisse entre si, eu seria mais favorável a ela - porque o grande argumento a favor da lista tríplice é evitar que a Universidade se feche em si mesma. A Universidade é pública, ela pertence à sociedade paulista, de forma que é legítimo que alguém, no caso alguém que foi eleito livremente pela sociedade paulista, tenha voz na escolha. Há uma legitimidade democrática aí. Democracia é o poder do povo. O povo, no caso, é o paulista. Há, pois, uma legitimidade da lista tríplice, mas há também esse grande problema da interferência ser tudo ou nada, uma interferência muito poderosa para ser feita. Poderíamos cogitar outras maneiras de levar em conta, na escolha do Reitor, opiniões externas. Podemos incluir no colégio eleitoral outras pessoas ou grupos da sociedade. A questão, aqui, é de que maneira ou maneiras se pode ouvir a sociedade paulista dentro da USP. Daí, a proposta intermediária que formulei: se um candidato tiver a maioria absoluta, que será facilitada se todos deverem votar em três nomes, ele ganha. O turno seria único e não haveria primeiro ou segundo turno, mas um único turno, que estabelece uma lista. Mas, com essa votação incentivada (em mais de um nome), ele geraria resultados mais elevados em termos de votos. E se nenhum tiver maioria na lista tríplice, a lista vai ao Governador. Seria uma solução. Finalmente, irei para alguns aspectos adicionais. Alguns não são pequenos, alguns são de bastante monta. Primeiro, a desincompatibilização dos candidatos. Seria positivo que num prazo razoável, digamos 45/60 dias antes da eleição, os candidatos se desincompatibilizassem, mesmo que não fosse por renúncia. Não estou pedindo que os Diretores de Unidade, os Pró-Reitores e o Vice-Reitor renunciem aos seus cargos se forem candidatos, estou sugerindo apenas que nesse prazo eles se licenciem do cargo, que não usem carro oficial, que não tenham acesso à administração, que não estejam na sua

função habitual. Tenho toda confiança na lisura dos nossos colegas, mas acho que seria um aspecto positivo, até porque se olharmos as últimas eleições notaremos que todos os candidatos, inclusive o nosso colega ex-presidente da ADUSP, tinham algum apoio institucional atrás deles. Seria interessante se a pessoa não precisasse ter apoio institucional, fosse qual fosse esse apoio. O segundo ponto é a forma de indicação dos candidatos. Uma possibilidade é 5% dos eleitores subscreverem um nome, sendo que a mesma pessoa não poderia subscrever dois nomes. Há outras hipóteses, não sei se é a do Prof. Marcos Felipe ou a do Prof. Flávio, que fala em 20% das Congregações. Poderíamos, também, inverter as questões - uma proposta que já ouvi - e manter o colégio atual de segundo turno, mas trocando o papel. O Conselho Universitário e os Conselhos Centrais se reuniriam para indicar 8 ou 10 nomes e votariam nesses nomes, que seriam simplesmente aceitos como candidatos. Poderia ser interessante, porque daria uma certa solenidade à indicação dos candidatos. Em vez de se sair à busca de assinaturas individuais, manteríamos um papel para o atual colégio de segundo turno, mas o de indicar, não de escolher. Outro ponto são os debates. Essa é uma questão regulamentar, mas tem certa importância. Os debates atualmente são combinados candidato por candidato. Poderia haver uma Comissão que organizasse essa agenda e, ao organizá-la, essa Comissão poderia fazer um único debate no *campus* de São Carlos, por exemplo, e depois um debate separado com cada um deles no mesmo *campus*. Aqui no *campus* do Butantã poderíamos dividir as datas por áreas físicas ou áreas do conhecimento, porque são muitas Unidades. Enfim, seria possível fazer uma coisa que garantisse e facilitasse a participação de todos, porque alguns terão mais dificuldades de se deslocar, uma agenda mais carregada e, com a desincompatibilização e uma agenda organizada, isso fica mais fácil para todos. Reduz-se a desigualdade entre os candidatos. Outra medida que considero importante, que a meu ver deveria ser obrigatória, seria uma sabatina. Haveria uma Comissão, talvez composta majoritariamente de membros externos à USP, pesquisadores de destaque escolhidos por algum critério e que poderiam até ficar, depois, proibidos de participar da administração futura - ou não, não sei - estou pensando em uma comissão de sábios, uma comissão de pessoas qualificadas, que fariam uma sabatina de todos os candidatos, transmitida pela rádio USP e depois transcrita na Internet e publicada no *Jornal da USP*, que colocasse questões duras aos postulantes. A Comissão teria que ser plural e poderia, depois, emitir um parecer sobre os candidatos, tanto pareceres da maioria quanto dos votos vencidos, divergentes. Os pareceres diriam o que acham os membros da comissão sobre os candidatos, mas ela não teria o poder de vetar nenhuma candidatura. Deixo muito claro isso: não é uma Comissão para vetar ou aprovar nomes, mas para garantir que algumas questões difíceis sejam postas a todos e que sejam respondidas de maneira pública. Isso melhoraria a qualidade do debate, melhoraria a qualidade da discussão interna que temos. A grande preocupação que tenho, politicamente, hoje no país e na Universidade é a qualidade do debate. Se conseguirmos melhorar isso, será muito bom. Finalmente, desejo mais uma vez, agradecer o convite do Magnífico Reitor para fazer esta apresentação, respeitando sempre a liberdade de expressão, divergência e outras que podemos, eventualmente, ter, mas sempre dentro com a preocupação de desatar alguns nós da Universidade. Acho que esse é um nó hoje e seria muito bom se contribuíssemos para desatá-lo. Agradeço a todos.

Muito obrigado.” Palmas. **Cons. Marcos Felipe Silva de Sá: (apresentação)**
“Agradeço a oportunidade de fazer essa apresentação. Na verdade fui indicado, uma vez que participei da Comissão indicada, na ocasião, pela Reitoria e aprovada por esse Conselho, que estudou a reforma do Estatuto nos anos da gestão da Prof.^a Suely Vilela. Naquela ocasião, tivemos a oportunidade, através dessa Comissão, de recolher propostas e sugestões que emanaram das diferentes Unidades da Universidade, consultadas por via eletrônica, as Comissões das Unidades, as Congregações, as Direções, Departamentos e, também, tivemos oportunidades, sob a presidência do Prof. Grandino, de visitarmos todos os *campi*. Tivemos audiência pública e, também, a oportunidade de debates específicos com algumas Unidades da USP. Essa foi uma experiência muito rica e aqui estão apresentados, rapidamente, alguns materiais da Secretaria Geral que mostram que todas as Unidades enviaram sugestões para a reforma do Estatuto. A Comissão, então, trabalhou com o apoio da Secretaria Geral. São dados referentes a essas sugestões que foram emanados das Unidades, dos órgãos representativos estudantis e outras. É a partir daí a Comissão organizou, em grupos, as sugestões que vieram das diferentes Unidades. O que irei apresentar, deixo bem claro que não se trata da opinião da Congregação da minha Faculdade, nem da Diretoria e nem de qualquer órgão, é uma opinião pessoal, do Prof. Maciel, nosso Diretor e minha, como representante da Congregação e, também, pelo fato de ter participado daquela Comissão do Co, na época da elaboração. Éramos em oito membros do Co, sob a presidência do Prof. Grandino - alguns já não estão mais presentes - e no retorno das informações das Unidades, nessas visitas realizadas e das discussões, quatro itens, praticamente, tomaram conta das pautas, que foi a estrutura do poder na USP, assunto que estamos tratando hoje aqui; a Carreira Docente, que foi, também, colocada em várias ocasiões por diferentes Unidades; a descentralização administrativa da Universidade, que não estava na pauta das discussões do princípio, que era o Plano de Carreira dos servidores técnicos e administrativos. A Comissão trabalhou com esses quatro grupos de sugestões, elas foram agrupadas e tomou-se a decisão de que o ponto que seria o mais discutido - esse que estamos tratando hoje - poderia ser um grande obstáculo para o desenvolvimento das discussões da reforma do Estatuto. Portanto, optou-se por colocar as outras três na pauta das discussões ao longo desses últimos anos e o assunto ‘Estrutura do Poder’ ficou para um segundo momento, considerando que ele realmente suscitaria muita discussão e, também, para andar com essa pauta, porque alguns defendiam que a reforma deveria ser completa. De qualquer forma, avançamos um pouco, porque o resultado da discussão do plano de carreira dos docentes foi esse plano de carreira de progressão horizontal recentemente realizado em sua primeira edição. E os dados da época mostram que éramos, em dezembro de 2008, 5.600 docentes, 1.400 Professores Associados, sendo que 75% deles tinham possibilidade de progressão, 3.020 Doutores e 1.201 entre Titulares e mestrados, mas que são um número muito pequeno hoje, praticamente 1.200 Professores Titulares. E essa normativa nova para a carreira tem reflexos diretos na questão da Estrutura do Poder. Embora não seja uma decisão direta, porque permite aos professores associados, de certa forma, ter acesso aos cargos diretivos das Unidades e, por consequência, poderão participar deste próprio colegiado, uma vez eleitos, sem favor ou sem abdicação dos professores titulares na cadeia hierárquica, para outorgar aos associados a

possibilidade de serem eleitos. Isso representa, pelos números daquela ocasião, que 46% dos docentes da Universidade poderiam ter acesso aos cargos diretivos dentro da USP. E, como já foi mencionado pelo Prof. Renato Janine, na verdade, os professores titulares têm uma parcela importante de representatividade, mas certamente não carregam nos ombros a responsabilidade única e exclusiva de tomar o acesso a esses cargos. Outro ponto que também já faz parte da questão da Estrutura do Poder e que já avançamos bastante foi a questão da descentralização administrativa, com a implantação de várias repartições da USP nos *campi* do interior, com a criação de departamentos de engenharia, jurídicos, enfim, várias decisões e portarias foram emanadas na gestão anterior, descentralizando uma série de deliberações no âmbito das Unidades. Finalmente, o plano de carreira dos servidores técnicos, que também tivemos e que foi um grande avanço, embora tivesse sido retardada a sua discussão por conta de outras razões que não cabe discutir aqui, mas o fato é que saiu o plano de carreira dos servidores. Creio que avançamos bastante na questão desta reforma estatutária e agora estamos tratando aqui da Estrutura do Poder. Gostaria de fazer algumas considerações antes de fazer a apresentação do porquê dessa nossa sugestão. A questão do mérito acadêmico e a experiência dos professores mais graduados, como é o caso dos professores titulares, sempre deve ser contemplado dentro da Universidade. Se a Universidade não reconhecer o mérito das pessoas com maior formação, com maior posição dentro da carreira universitária é um sinal de que a Universidade não estaria valorizando satisfatoriamente o seu corpo docente, o conhecimento e a experiência que todos têm. A discussão sobre o acesso, sem os limites de vagas, de todos docentes associados ao cargo de professores titulares tem sido muito frequente neste colegiado. Assim, a decisão de se criar o plano de carreira horizontal veio, de certa forma, aliviar um pouco essa pressão sobre o acesso ao cargo de titular, criando espaços intermediários nos associados II e III assim como contribui para a diluição da estrutura de poder entre os professores titulares e associados. Assim, como já foi comentado aqui, a questão da escolha do Reitor não reside única e exclusivamente sobre os professores titulares presentes neste colegiado, porque se considerarmos o segundo turno do atual modelo da eleição, temos uma participação do Conselho Universitário, que possui 122 Conselheiros e os Conselhos Centrais, que são 42 Unidades com quatro representantes cada uma. Têm eles, portanto, 168 representantes, 30% mais do que o próprio Conselho Universitário. E grande parte dos membros dos Conselhos Centrais não são professores titulares; são professores associados e doutores, que geralmente estão mais envolvidos nas atividades de graduação, da própria pós-graduação e outras. Portanto, há uma diluição já no modelo atual, porque durante vários debates ocorridos aqui, os professores titulares, foram responsabilizados e satanizados por todas as desgraças ocorridas dentro dessa Universidade, quando, na verdade, o nosso papel aqui, de certa forma, é extremamente importante. A Universidade ocupa a liderança de todas as Universidades da América Latina não por acaso. Outro ponto que precisa ser considerado diz respeito à baixa transparência nas eleições de representantes dos alunos e servidores técnicos e administrativos nos Colegiados, porque na Universidade, para todas as representações que envolvem o corpo docente são feitas eleições controladas pelos órgãos administrativos das unidades e da própria Universidade. Assim, uma vez que

essas eleições envolvem a escolha de representantes que terão participação direta nas decisões, caberia à Universidade o controle das eleições dos representantes discentes e de servidores técnicos e administrativos em todos os Colegiados onde houvesse esta discussão. Mas, não estou me referindo às eleições para os Diretórios Acadêmicos, Centros Acadêmicos, DCE e outros, pois isso é uma questão que transcende essa questão de dentro do âmago da Universidade. Portanto, acho que a Universidade deveria ter o controle dessas eleições. Outro ponto é a baixa participação dos servidores técnicos e administrativos nos Colegiados. Eles fazem parte da estrutura permanente do corpo de servidores da Universidade, ao lado do corpo docente. É o nosso entendimento que eles deveriam ter uma participação maior nessa escolha. A questão da reforma do Estatuto, que ampliou a possibilidade de acesso dos professores associados aos cargos diretivos também terá reflexos, certamente. Temos duas propostas: a primeira, sobre a qual gostaria de fazer algumas considerações, partindo de algumas premissas. Na fala do Prof. Janine deixou duas possibilidades da participação ou não do Governador do Estado na escolha. Entendemos que é extremamente importante, porque o Governador foi eleito pelo voto da população, é representante legítimo da população do Estado de São Paulo e deveria, portanto, opinar sobre essa escolha. Até porque, de certa forma, é preciso que haja uma relação entre esta Universidade e o povo de São Paulo, e essa relação se faz através do Governo do Estado, que é eleito pelo povo. Nós não somos eleitos pelo povo, somos escolhidos mediante concursos e por mérito acadêmico e, portanto, muito distante daquilo de uma escolha que poderia traduzir a opinião do povo de São Paulo. Portanto, o Governador faria este papel de intermediário. Portanto somos favoráveis que a decisão final recaia sobre o Governador do Estado. Também relevante seria a escolha entre os professores titulares, cujo papel fiz questão de ressaltar, pela experiência e maturidade que adquire ao longo do tempo, ao passar por diversos concursos e, também, pelas Comissões. Na Universidade, à medida que o docente progride na carreira, passa por várias Comissões, Conselhos Departamentais, Congregação e isto é um aprendizado, porque os docentes que entram hoje na Universidade não têm absolutamente nenhuma noção do que acontece dentro da estrutura administrativa da USP que, de certa forma, é centralizada ainda, apesar de termos avançado bastante nos últimos tempos. Mesmo com estas ressalvas há muita coisa na proposta número um que vai ao encontro da apresentação do Prof. Renato. Deverá haver inscrições de candidatos. As pessoas precisam se apresentar como tal. A pessoa é candidata ou não, e se colocar à disposição para os debates. Serão chapas de candidatos, reitor e vice. É a oportunidade que se tem de escolher melhor os candidatos com propostas muito mais concretas. Essa primeira proposta propõe dois turnos. No primeiro turno poderiam ser escolhidos oito chapas, mas isto é só uma questão de números. Poderiam ser dez ou menos. Acho que poderíamos reduzir esse número para seis, mas o importante é que o número de chapas deveria ser livre, porque as oportunidades para os debates são interessantes. O colégio eleitoral do primeiro turno seria da Assembleia Universitária composta pelo Conselho Universitário, pelos Conselhos Centrais, pelas Congregações, Conselhos de Departamentos das Unidades e pelos Conselhos Deliberativos, no caso dos Museus e dos Institutos Especializados. Todos poderão ver que a participação fica muito ampla, se torna um processo extremamente participativo. E, no segundo turno, as três chapas mais votadas

451 seriam escolhidas, também, pelo mesmo Colegiado que, como dissemos, é
452 bastante amplo para essa escolha. No segundo turno, elas deverão ser eleitas
453 no modelo atual isto é, pela maioria absoluta de votos. Se em dois escrutínios
454 a maioria absoluta não for atingida, far-se-á uma terceira votação, incluindo-se
455 na lista as chapas que receberem maior número de votos. Há, também,
456 detalhes na questão de empate, que é uma possibilidade mais remota, mas ela
457 existe. Estamos propondo que essas votações sejam feitas por via eletrônica, o
458 que é perfeitamente possível. O Prof. Maciel já introduziu a votação eletrônica
459 na nossa Faculdade e há dois anos fazemos esse sistema de votação,
460 absolutamente seguro. O professor que estiver na França, na China ou em São
461 Paulo pode votar para representante de categoria sem nenhum problema. Com
462 isso aumenta-se a possibilidade de participação e cada eleitor, no primeiro e
463 segundo turno, terá direito a apenas um voto, devendo seu voto conter, no
464 máximo, três nomes. Quanto à questão de número de nomes em cada lista
465 cabe uma discussão, considerando aquilo que o Prof. Renato expos sobre o
466 voto seco. Entendo que isso não deixa de ser um processo político, embora
467 estejamos tratando com pessoas de alto nível, mas trata-se de uma questão
468 absolutamente política que passa pelo mérito. De forma que os ajustes, os
469 acertos, as composições, são esperadas, e não acredito que sejamos 122
470 anos nessa sala. Há uma tendência da maioria para se compor. Isso faz parte
471 do processo político e não vejo como uma coisa ruim, nefasta. A proposta 2 é
472 diferente, o colégio eleitoral é, basicamente, o mesmo e o mesmo sistema de
473 inscrição de chapa. A diferença é que só teríamos um único turno. As três
474 chapas mais votadas seriam, então, submetidas à escolha do Governador.
475 Outra modificação que gostaria de apresentar é que, também, as eleições de
476 representantes das categorias docentes, discentes, de servidores técnicos e
477 administrativos, em todos os colegiados institucionais, devam ser organizadas
478 pela Secretaria Geral - no caso desse colegiado - ou pelas assistências
479 acadêmicas, nas respectivas Unidades. Porque com relação às eleições de
480 alunos como representantes, ninguém sabe ao certo. Tivemos eleições em que
481 o número de eleitores de representação de servidores ou de alunos não
482 chegou a 10% do colégio eleitoral votante. Cabe uma discussão se realmente
483 as pessoas que estão aqui sentadas, efetivamente, representam os seus pares
484 nesse Colegiado. Além do que, temos tido, nessas últimas eleições, notícias de
485 eleições com pouca lisura e nesta nova etapa entendemos que essa caixa
486 preta precisa ser aberta. Nas eleições para o Conselho Universitário todos
487 terão direito a voto, como definido pelo Regimento, nas Congregações e nas
488 Unidades. Na composição do Conselho Departamental, os servidores hoje não
489 estão representados, mas eles deveriam ter um representante eleito pelos seus
490 pares. Funcionários de um departamento votam no seu representante e não
491 uma eleição feita no âmbito geral da Unidade ou coisa parecida. O eleito tem
492 que representar os servidores daquele departamento naquele conselho. Se
493 cada Conselho tiver um representante de servidor não docente, aumentaria
494 muito sua representatividade no colégio eleitoral, até um limite equivalente a
495 5% dos membros docentes. Qualquer eleitor que estiver de férias, por exemplo,
496 não teria problema e não seriam privados, de votar por conta da disponibilidade
497 do voto a distância. Vou dar um exemplo. Na minha Unidade, a Congregação
498 possui hoje 100 membros e em um colégio eleitoral desse tipo para a escolha
499 do Reitor, passaríamos a 229 eleitores. Teríamos um aumento de 129%. Se
500 considerarem que na nossa Faculdade somos 340 docentes, 58% deles terão

501 direito a voto para Reitor. É bastante representativo isso. E os servidores que
502 hoje são apenas três que votam na Congregação, passariam a 17. O sistema
503 eletrônico de voto é utilizado na nossa Faculdade e o Prof. Maciel poderia,
504 eventualmente, dar mais detalhes sobre ele. É um sistema gratuito,
505 desenvolvido pela Universidade de Harvard, mas é evidente que a
506 Universidade de São Paulo tem condições de desenvolver o seu próprio
507 modelo que é muito seguro. E, no caso de eleição dos Diretores, eles também
508 teriam que se apresentar em chapa. Seriam escolhidos o Diretor e o Vice pelo
509 Reitor, em lista tríplice, composta de candidatos professores titulares e
510 professores associados. No caso de não dispor dos titulares e de associados 3,
511 seriam incorporados como candidatos os associados 2 e associados 1, com
512 inscrição prévia. E a lista tríplice deverá ser do mesmo modelo como tem sido
513 feita nos dias de hoje. E o voto por via eletrônica, incluindo a possibilidade por
514 via *internet*, como já dissemos. Esse é o ponto extremamente importante,
515 porque barateia muito o custo de uma eleição na Universidade, que é muito
516 alto, mas que pode ser feita a distância. Eram essas as propostas. Muito
517 obrigado." Palmas. O **Senhor Secretário Geral** solicita aos conselheiros que
518 respeitem o tempo estabelecido de cinco minutos para exposição, tendo em
519 vista o aumento do número de inscritos e o segundo tema a ser debatido nesta
520 sessão. **M. Reitor:** "Sem prejuízo do que o Secretário Geral falou e para
521 possibilitar que todos os inscritos falem, caso o tempo não seja suficiente nesta
522 sessão e ainda haja inscritos, poderemos marcar a continuação dessa reunião,
523 ainda sobre o módulo temático, para o primeiro mês do segundo semestre. E
524 somente após essa, teremos uma sessão ordinária." **Cons. Alexandre Pariol**
525 **Filho:** "Esclareço, tendo em vista a fala do conselheiro que me antecedeu, que
526 as eleições dos servidores técnicos e administrativos, em todos os seus
527 colegiados e, no caso do Conselho Universitário, é organizada pela Secretaria
528 Geral. A nossa representação aqui não é pouco transparente, ao contrário, e
529 leva as discussões diretamente ao conjunto dos funcionários, portanto, ela é
530 bastante representativa. Duvido ter aqui representação a exemplo desta. Por
531 exemplo, com relação à eleição da companheira Neli, houve mais de 3 mil
532 votantes em um universo de 15 mil pessoas. E isso passa por todos os outros
533 membros. No meu caso, sou representante na Congregação da Faculdade de
534 Direito e a eleição foi organizada pela Assistente Acadêmica da Unidade, assim
535 como é feito com qualquer membro da representação dos servidores, mas isso
536 não quer dizer que não posso fazer voz à representação dos companheiros
537 estudantes da nossa casa. Porque enquanto observadores de todas as
538 eleições, vemos um grande número de comparecimento. Portanto, estamos no
539 Co com muita representação nesta Universidade. Gostaria de dizer, também,
540 que nesta estrutura do poder é mais ou menos este o nível de discussões que
541 temos na nossa Universidade. E gostaríamos de dizer que uma coisa é
542 concreta, a participação desses dois segmentos no processo de escolha e de
543 poder na USP é ínfimo. Somos em 16 mil servidores nesta Universidade e
544 temos apenas três representantes no Conselho Universitário, ou seja, a
545 Universidade não cumpre sequer o que está previsto na LDB, que diz que os
546 conselhos deliberativos deverão ter a representação de 70% de professores,
547 15% de funcionários e 15% de estudantes ou das demais categorias. É
548 histórico o processo de discussão de algumas propostas da nossa
549 Universidade, entre elas a eleição direta para reitor. Entendemos que os três
550 segmentos têm que ter voto e vez no processo de escolha do Reitor e de todos

os diretores de Unidades, assim como de suas chefias departamentais. Gostaria de dizer, também, que a nossa posição é amplamente favorável à eleição de uma estatuinte, para que possamos modificar esse Estatuto retrógrado que temos na USP, assim como temos que, de uma vez por todas, enterrar o Decreto 52.906/1972, um dos poucos movimentos que ainda resta do entulho autoritário da ditadura militar, que regulamenta o processo disciplinar na Universidade. Não podemos, de forma alguma, aceitar que estudantes, funcionários e professores ainda sofram esse entulho autoritário. Para se ter uma ideia, há pouco oito estudantes foram eliminados da Universidade. Não entendo, na legislação penal, nenhuma outra punição tão rigorosa quanto a punição que esses estudantes sofrem, porque não existe, no Código Penal Brasileiro, nenhuma outra punição além de 30 anos. Qualquer outro cidadão que cumpra sua punição por 30 anos pode assumir tranquilamente a sua posição no seio da sociedade. E um estudante, ao contrário, quando ele é banido da Universidade, nunca mais poderá voltar a ela, tampouco como funcionário. É difícil falar as várias reivindicações dos trabalhadores em cinco minutos. Era isso que queríamos dizer: estatuinte imediatamente e soberana, e eleições diretas em todos os níveis, na Universidade, inclusive, rebatendo o conselheiro que me antecedeu, com relação à nossa posição no Co." **Cons. Alejandro Szanto de Toledo:** "Não lembro-me de ter percebido antes silêncio como o que houve quando das apresentações anteriores, dado a importância que esse ocupa na vida da nossa comunidade. Fiquei, realmente, impressionado. Gostaria de parabenizar o nosso Reitor, e também a Professora Suely Vilela por ter colocado este tema em debate, junto com os outros de reforma de Estatuto, que são tão importantes. Isso requer muita vontade política de definir a trajetória da Universidade. E a existência e a recorrência deste tema mostra que houve, realmente, uma vontade política de traçar uma trajetória para nossa Universidade. Foi o caso da carreira docente, a carreira dos servidores técnicos e administrativos e agora, o poder. Realmente, parabéns. Gostaria de relatar o resultado de duas reuniões da Congregação do Instituto de Física sobre este tema. De forma que não estou falando em nome próprio, mas em nome da Congregação do IF, que em 2009 e 2010, se reuniu e elaborou propostas e vou pinçar os temas pertinentes ao assunto de hoje. Dos quatro temas sugeridos pela Mesa, vou elencar algumas sugestões do IF. O primeiro, sobre a constituição do Conselho Universitário, Conselhos Centrais, Congregação e Conselhos de Departamentos, gostaria de fazer duas sugestões. A primeira, no IF e em muitos outros Institutos, os titulares são membros natos, não necessariamente há uma fração acordada de titulares que fazem parte da Congregação. Mas apesar de serem membros natos por causa da Congregação, muitas não aparecem. Então, gostaria de propor que a ausência em três reuniões consecutivas ou cinco alternadas no ano, que tivesse uma geladeira, ou seja, se as pessoas querem participar, não participam e nem se justificam. Outro ponto que o IF gostaria de propor é, nos Conselhos de departamentos, a participação eleita de um funcionário. No momento não temos funcionários no Conselho Departamental e a relação funcionário não docente e departamento é muito estreita. Então, seria interessante que por intermédio do Regimento, um funcionário pudesse fazer parte do Conselho Departamental. Isso vai ter consequências, também, no Colégio Eleitoral. Com relação à eleição do Reitor, obviamente muitas sugestões foram colocadas e o

601 IF apóia algumas delas. Primeiro turno - composição do colégio eleitoral:
602 Conselho Universitário, Conselhos Centrais, Congregações e Conselhos
603 Departamentais. Ou seja, todos os membros eleitos poderiam votar, teriam
604 uma representatividade por eleição e poderiam votar para Reitor. Esse seria o
605 colégio eleitoral. Um primeiro turno se esgotaria caso houvesse maioria
606 absoluta e haveria uma lista tríplice. Não havendo maioria absoluta, haveria um
607 segundo turno com o mesmo colegiado do primeiro turno e fariam a escolha de
608 uma lista tríplice entre os três ou cinco mais votados do primeiro turno. Esse
609 segundo turno serviria, simplesmente, para dar uma governabilidade, porque
610 se tivermos um único turno, pode ser que o eleito pode ter 15% / 20%, ou seja,
611 um Reitor eleito com 20% pode ter dificuldades de governabilidade, mas com o
612 segundo turno, teria no mínimo 33% votos. Isso dá uma governabilidade muito
613 melhor, uma vez que haveria um compromisso maior da comunidade junto ao
614 eleito. Esta seria a proposta do IF no que diz respeito à eleição de Reitor. Com
615 relação ao tema eleições de diretor e vice-diretor, o IF entende que a nova
616 carreira docente já abriu o leque e é satisfatória a forma como isso se deu. O
617 último assunto, não debatido abertamente, mas é uma questão em aberto,
618 sobre duração de mandatos, apenas uma reflexão. Temos vários tipos de
619 mandatos, vários níveis e não há uma isonomia, simplesmente uma reflexão.
620 Chefe de Departamento pode ter uma recondução, com dois anos de mandato.
621 Presidente de Comissão Central, mandato de três anos, com recondução." **M.**
622 **Reitor:** "Como disse anteriormente, trata-se de um Co temático, queremos
623 discutir, todavia, se o tempo encerrar, faremos uma outra reunião em agosto
624 para continuar, de forma que fica a critério do bom senso de cada um." **Cons.**
625 **Alejandro Szanto de Toledo:** "Perfeitamente. De qualquer forma já conclui a
626 apresentação da proposta do Instituto de Física." **Cons. Luiz Nunes de**
627 **Oliveira: (apresentação)** "O que vou falar tem pouco de ideia minha. De fato,
628 boa parte é baseado em uma versão anterior da proposta do Prof. Renato
629 Janine Ribeiro e de conversas que tive com outros titulares que represento. O
630 que gostaria de explorar não é propriamente uma proposta, mas o método que
631 podemos usar para decidir essa questão e criar um procedimento que pode ser
632 usado para resolver outras questões que aparecem com frequência neste
633 Conselho. Vou começar com razões que temos para não mudar o sistema de
634 eleição. O primeiro risco eu vou descartar porque neste ponto é ainda mais
635 arriscado não tomarmos uma decisão. Passarei para o segundo risco. O
636 sistema de decisão é ruim. E é esse ponto que gostaria de trabalhar. Vejamos
637 como ele é ruim: temos medo de tomar decisões por causa de tudo o que elas
638 envolvem. Estamos acostumados a ver discussões improdutivas, porque cada
639 manifestante fala o que pensa e as conversas frequentemente convergem para
640 nenhuma direção. A principal preocupação é que, no fim, teremos que votar
641 apertando um botão que só oferece duas opções - sim ou não; não podemos
642 abrir um leque de opções. O resultado disso é que recebemos um prato feito de
643 que, frequentemente, não gostamos. Preferiríamos ter um menu à nossa
644 frente. Vejamos, pois, a alternativa que temos. O que vou expor é baseado no
645 que o Prof. Janine propôs já há algum tempo. É um procedimento alternativo
646 que nos conduz a um consenso, na medida do possível. Chamo o processo de
647 "decisões sucessivas". Por exemplo, temos de decidir várias questões, no que
648 diz respeito à escolha do Reitor. A primeira questão é quem escolhe, conforme
649 o Prof. Janine já mencionou. Para começar, temos o sistema atual e podemos
650 votar se queremos mantê-lo ou se queremos ampliar o colégio eleitoral. Uma

primeira alternativa é deixar a escolha a cargo da Assembleia Universitária, o colégio eleitoral do atual primeiro turno. Se essa proposta for aprovada, iremos em frente, considerando agora a possibilidade de ampliarmos ainda mais o colégio: incluir, além das congregações, os CD's, mais ou menos no modelo que o Prof. Marcos Felipe apresentou. Votamos para decidir se mantemos a Assembleia Universitária ou ampliamos o colégio. Se ampliarmos, ainda teremos uma terceira possibilidade: ampliar ainda mais até chegar à eleição direta. Com isso, temos uma progressão gradativa, em que cada um pode votar de acordo com sua preferência. Nem todos ficarão satisfeitos com o resultado, mas, pelo menos, todos terão tido oportunidade para votar de acordo com seu pensamento. Em certo momento chegaremos num ponto em que iremos na horizontal, isto é, decidiremos manter, em lugar de ampliar. A partir desse ponto, já definido quem escolhe, precisaremos resolver como se escolhe. Digamos que temos parado na Assembleia Universitária. Temos agora de escolher os detalhes de que o Prof. Janine já tratou. Em particular, temos de decidir se vamos ter ou não uma comissão eleitoral. Esse é um ponto que me parece muito importante, até porque alguns dos meus representados chamaram-me a atenção para ele. É importante termos uma comissão que trate da eleição além dos seus aspectos formais. Que possa, por exemplo, possa convidar candidatos -- pois existem professores que poderiam ser excelentes reitores e que não se animam a participar do processo apenas porque não estão dispostos a entrar em uma campanha complicada, desgastante e que pode resultar em nada. Convidado por uma comissão eleitoral, qualquer um desses candidatos em potencial pode animar-se a concorrer. E essa comissão poderá organizar os debates, discutir outras questões de caráter mais amplo e, claro, estabelecer as regras para a eleição propriamente dita. Dado esse quadro, podemos decidir se queremos ou não dar poderes a uma comissão eleitoral, sempre seguindo o procedimento das decisões sucessivas. Para concluir, quero enfatizar que estamos frente a decisões que não só são importantes e urgentes como poderão definir um procedimento que o Conselho adotará para tomar outras decisões." **Cons. Leandro Salvático Freitas da Silva:** "Boa tarde a todos presentes neste Co temático, tão importante, em que fomos convocados para discutir a estrutura de poder e, na sequência, sobre as cotas raciais. Ambas discussões continuarão futuramente e isso é muito bom para crescermos, enquanto Universidade e enquanto pessoas melhores, que refletem acerca do sistema em que estamos inseridos. Parabenizo o Cons. Luiz Nunes, que fez uma ótima apresentação, tanto da parte da decisão quanto dos modelos que podemos vir a adotar. Até agora ninguém apresentou um modelo mais conservador, até porque, ser mais conservador do que a USP é atualmente acredito ser impossível. Penso que não daremos um passo para trás e essa tendência é muito boa. Para continuarmos avançando, temos que partir do pressuposto de que somos apenas mais uns, ninguém aqui é dono da verdade, excepcional, todos nós dentro da Universidade temos pensamento crítico mais ou menos desenvolvido, mas temos. E temos que fazer uso dele. Então, a ampliação do debate de ambas as pautas é extremamente importante. Achar que um grupo de cem pessoas tem o poder de sair deliberando como vai ser tudo na Universidade é querer demais. Acho que o caminho não é esse. A proposta de ampliação do debate é extremamente razoável, tem que ser ampliado nas Unidades e principalmente na sociedade, pois quem nos banca é o contribuinte

e ele não está presente aqui. No universo de 47 milhões de contribuintes no Estado de São Paulo,- se estendermos isso no país inteiro - já que somos a maior Universidade pública do país - daria quase 200 milhões. Então, temos que ampliar esse debate para a sociedade. Esta alteração do Estatuto deve ser feita da forma mais ampla possível, não dá para sair ouvindo o mundo inteiro, mas é possível avançarmos muito mais do que em uma discussão fechada dentro dessa sala. No melhor dos mundos, o ideal é que criemos uma estatuinte paritária, professores, trabalhadores e estudantes trabalhando juntos em prol da construção de um novo Estatuto para a Universidade de São Paulo, que é algo que precisa ser feito. Com relação às eleições, caminha nesse mesmo sentido, temos que ampliá-las, porque observando o modelo atual, onde o segundo turno contempla apenas essas pessoas, remetem-me às minhas leituras acerca do século XIX, estamos ainda no feudalismo, onde só quem era alfabetizado poderia votar. Então, criou-se uma lei onde não davam acesso ao ensino. Essa era a metodologia da república velha, não davam acesso ao ensino e só quem tinha estudo podia votar. E acontece a mesma coisa, no segundo turno das eleições atuais, 120 pessoas votam para escolher um representante de 80 mil. Isso é, no mínimo, injusto e se pararmos para analisar, não tem o menor sentido. Como lutamos pelas diretas no Brasil, por que não diretas na Universidade? Todos nós temos capacidade e discernimento para fazer essa votação, a proposição e para dar a contribuição, seja na forma de uma pesquisa, na forma de uma interação social que vai ampliar a cultura de ambos os indivíduos, ou seja, em uma simples escolha entre um programa e outro que vai gerir a nossa Universidade. Acho que esse Co temático importante, mas vejo-o como o primeiro passo, já que em 2010 teve um, mas parou. Mas esse aqui não deve parar, deve ser o primeiro passo para um salto e esse salto só será dado com participação ampla da Universidade e da sociedade, de modo que isso se torne, realmente, um debate na Universidade, porque um debate no Co não é um debate na sociedade. Vamos ampliar isso e vamos, juntos, construir uma Universidade melhor, pois temos plenas condições e tenho absoluta certeza que estamos desejosos disso." **Cons. Flávio Ulhoa Coelho: (apresentação)** "Pedi que distribuíssem minha proposta e vou apenas fazer um apanhado dos pontos principais, mas fico à disposição para conversarmos, eventualmente, para discutir pontos para avançarmos na proposta. O primeiro ponto, quem participou das discussões no passado perceberá que não há novidades nas coisas que já foram propostas. Não há nada que já não tenha sido falado em outro momento. Tentei fazer uma compilação de pontos e princípios, para que pudéssemos ter maior facilidade de discussão. E no final faço uma pequena proposta de encaminhamento, porque é importante termos um horizonte pela frente para podermos avançar. São duas propostas, uma para reitor e vice-reitor, e outra para diretor e vice-diretor. Os princípios, que acho importante na eleição desses dois níveis de dirigentes. Primeiro que é um colégio eleitoral único. Não vejo sentido ter uma assembleia universitária no primeiro turno e depois um colégio eleitoral mais restrito. Acho que o colégio eleitoral deve ser único. Pode ser dois turnos, proponho um turno só, mas não vejo grandes dificuldades se fizermos em dois turnos, mas sempre com o mesmo colégio eleitoral. O segundo ponto é o fortalecimento das Unidades. Na medida em que fizermos uma assembleia universitária que inclui as congregações. E quando falo Unidade, estou falando num sentido amplo, incluindo Museus e Institutos

Especializados. Incluiria, então, as Congregações, os Conselhos Deliberativos dos Museus e dos Institutos Especializados. Isso fortalece as Unidades, dá um peso maior ao processo, porque, por exemplo, todos os chefes de departamento estariam incluídos nessa história, então todos os departamentos estariam representados. Com relação aos dois pontos que aparece, particularmente gosto de inscrição de candidaturas, mas não descarto a indicação, eventualmente, de docentes que gostariam de indicar alguém, mas tem que ser um grupo significativo. No final da proposta coloco um número que posteriormente podemos discutir se, talvez, fosse um número maior ou menor. E, para mim, é importante ter chapas, porque é algo que ajuda bastante na administração. De forma que a proposta concreta é o colégio eleitoral na assembleia universitária - o Co, Conselhos Centrais, Congregações, Conselhos Deliberativos de Museus e Institutos Especializados. Já escutei em algumas propostas que me antecederam, a inclusão dos Conselhos Departamentais e não vejo nenhum problema em incluí-los. Peguei o modelo do que existe atualmente, mas, eventualmente, isso pode ser ampliado um pouco, mas a filosofia é essa. A filosofia de se incluir as Unidades de alguma maneira. Temos, também, a inscrição com 40 dias de antecedência, que é só um parâmetro inicial. Votação entre chapas e a votação de uma lista tríplice em turno único é minha proposta, mas, se eventualmente, houver necessidade de um segundo turno para facilitar, tudo bem, mas o mesmo colégio eleitoral. A eleição para diretor e vice-diretor tem os princípios iguais. A novidade é que, para fortalecer as Unidades, acredito que a escolha tinha que terminar nas Unidades. O colégio eleitoral seria a congregação mais os conselhos departamentais, indicação e inscrição de chapas, a votação em uma única chapa e, pela proximidade das pessoas, fica fácil fazer um segundo turno no mesmo dia, sendo de manhã o primeiro turno e, eventualmente, se precisar fazer um segundo turno dos mais votados, conseguiríamos fazer no mesmo dia. Mas o ponto principal é que tudo termina na Unidade. Tenho uma proposta de encaminhamento, para que nesse ano ainda se consiga um avanço significativo, mas isso, também, poderá ser alterado, mas a filosofia é que até novembro consigamos avançar nessa questão." **Cons.^a Ana Lúcia Duarte Lanna:** "Apresentarei algumas posições da Congregação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. A FAU vem discutindo há algum tempo questões relativas a Estrutura de Poder na USP. As posições consensuadas referem-se, primeiro à manutenção da estrutura colegiada como base de organização da USP. A compreensão que os cargos de dirigentes na USP são posições de gestão e não apenas cargos administrativos, ou seja, demandam um claro conhecimento da instituição, a construção de uma trajetória na USP e a responsabilidade na elaboração de diretrizes e políticas acadêmicas para a USP. Nesse sentido, o Reitor, Vice Reitor; Diretor, Vice-Diretor e demais cargos devem ser ocupados por docentes da Universidade de São Paulo. Também acreditamos na necessidade da Manutenção dos atuais mandatos de 04 anos para Reitor e Vice- Reitor; Diretor e Vice-Diretor. E, da mesma maneira, haver um equilíbrio entre os mandatos, na medida em que eles são díspares atualmente, o que significa que para pró-reitores, presidentes de comissão, chefes de departamento e demais cargos haveria um mandato de 2 anos permitida uma recondução. Propomos, a partir dessa perspectiva e dessas diretrizes, algumas alterações nas maneiras pelas quais os nossos dirigentes são escolhidos. Acreditamos que Reitor e Vice-Reitor devem ser

801 eleições em um único turno. Acreditamos na necessidade da manutenção da
802 lista triíplice, porque nos parece que ela é uma questão da Constituição do
803 Estado de São Paulo, consta da Constituição que a Universidade deve
804 encaminhar uma lista triíplice, portanto foge da nossa alçada, da mudança do
805 nosso Regimento. É nessa perspectiva que defendemos ou constatamos a
806 manutenção da lista triíplice para reitor. Essa lista deve ser elaborada a partir
807 do resultado de uma eleição em um único turno e integrada pelos três
808 candidatos mais votados, independente da necessidade de obtenção de
809 maioria absoluta. Os eleitores serão aqueles que integram hoje o primeiro
810 turno, podendo ser ampliado para os representantes de conselho de
811 departamento e, eventualmente, das comissões estatutárias integrantes das
812 Unidades- não os dos Conselhos Centrais, mas das comissões das Unidades.
813 Esta proposta mantém uma equidade entre as unidades ao garantir votos
814 equivalentes originários do Co e Conselhos Centrais e reconhece uma
815 distinção, real no âmbito da USP, ao considerar os votos das congregações e
816 conselhos deliberativos. Também, propomos que Reitor e Vice-Reitor possam
817 ser quaisquer professores titulares da Universidade que assim o desejem, com
818 a condição que apresentem uma chapa e um programa com exequibilidade, no
819 período de gestão. Portanto, a condição da apresentação da candidatura é a
820 apresentação de uma chapa com um programa de gestão, que acreditamos ser
821 um recorte ou uma avaliação mais adequada para a proposição de uma
822 candidatura do que uma comissão de busca, um comitê de notáveis.
823 Ampliamos por um lado a possibilidade da representação, ampliando o colégio
824 eleitoral e por outro, restringimos. Portanto, damos com uma mão o que
825 tiramos com a outra. Nesse sentido que propomos a ideia do programa. O
826 Diretor e Vice-Diretor de Unidade, Museus e Institutos especializados deverão
827 ser eleitos, em um único turno pelos membros do colegiado que inclui:
828 congregação, conselhos das comissões estatutárias nas Unidades, os
829 conselhos dos departamentos e conselhos deliberativos de Museus e Institutos
830 Especializados. Diretor e Vice-Diretor devem se apresentar como chapa e ter
831 um programa e, também, sugerimos a supressão da lista triíplice, aonde o
832 candidato mais votado terá seu nome encaminhado, para ciência ao Reitor e
833 ao Co. Esta posição é majoritária, mas não é consensuada. Os outros itens são
834 consensuais na Congregação da Escola, mas este existe algum nível de
835 discordância. Em relação à composição das congregações e demais
836 colegiados, entendemos que atualmente as congregações são compostas a
837 partir de critérios de proporcionalidade estabelecidos a partir do número de
838 professores titulares das unidades. Propomos a manutenção dos critérios de
839 proporcionalidade para definição dos membros por categoria na carreira
840 docente cuja proporcionalidade seja definida a partir da categoria docente mais
841 numerosa na época da composição do colegiado, ou doutores ou professores
842 livre-docentes, de maneira que possamos fazer representar proporcionalmente
843 nos conselhos deliberativos a mesma proporção dos professores nos vários
844 níveis da carreira docente. Também sugerimos que no Co devem estar
845 representados os diretores de unidades de ensino e os representantes das
846 respectivas congregações, como é hoje, mas, também que os diretores de
847 Museus estatutários e Institutos Especializados deverão estar representados
848 pelos seus diretores e não por uma representação de categoria, como
849 acontece hoje e, também, a necessidade de ampliar a representação discente
850 e de funcionários técnicos e administrativos nos diferentes conselhos." **Cons.**

851 **Lucas Antonio Moscato:** "Tivemos uma reunião da Congregação da Escola
852 Politécnica na última quinta-feira, na qual foi anunciado o tema desta reunião e
853 os membros da Congregação pediram que eu trouxesse um pleito de que com
854 a maior brevidade possível os resultados dessa reunião, as propostas e
855 apresentações fossem encaminhadas às Unidades, de forma que na
856 Congregação do mês de agosto houvesse a possibilidade de, com esse
857 material, haver uma discussão mais ampla de quais são as tendências das
858 discussões, as propostas que seriam tratadas aqui no segundo semestre, com
859 vistas à definição desse tema. De tal forma, que o cronograma apresentado
860 pelo Prof. Flávio possa ser viável, mas com uma participação da manifestação
861 das Congregações, orientando os seus representantes no Conselho
862 Universitário." **Cons. Dário Ferreira Sousa Neto:** "Gostaria de começar
863 dialogando com a fala do Cons. Marcos Felipe, dizendo que tanto eu quanto
864 meus colegas que me antecederam e que vão me proceder, iremos falar
865 respaldados não em uma fala individual, mas em uma ampla maioria de
866 estudantes de graduação e pós-graduação, que nos elegeram para representá-
867 los por meio do voto direto. E não apenas isso, mas, também, pelas instâncias
868 de decisão dos fóruns do movimento estudantil, entre eles, suas assembleias,
869 congressos - eu participo desde a graduação - que há muito tem debatido as
870 estruturas do poder da Universidade. A partir disto, quero fazer alguns
871 apontamentos das apresentações feitas. A primeira, que seria uma questão
872 mais superficial, é a questão da escolha, que foi apontado pelos dois
873 apresentadores a necessidade de a escolha do reitor seja feita por meio da
874 lista tríplice, uma vez que precisa de uma intervenção externa para legitimar
875 democraticamente a escolha do reitor, uma vez que quem banca a USP é a
876 sociedade e ela deveria ter essa intervenção. Pergunto por que precisa ser
877 feita pelo Poder Executivo e não pelo Poder Legislativo. Pelo Poder Legislativo
878 seria muito mais legítimo, porque não é só uma pessoa, a Assembleia poderia
879 decidir essa lista tríplice e não, necessariamente, um Governador tomando
880 essa decisão, mas isso é uma questão mais superficial. A questão mais de
881 fundo que permeia a apresentação é a própria noção de mérito que passa por
882 ambas as falas e que aqui está sendo colocado como pressuposto. O professor
883 titular tem seu mérito de fato, reconhecido pelos anos de trabalho de pesquisa,
884 mas que se refere ao campo de sua linha de pesquisa, ou seja, não
885 necessariamente um professor titular é expert em administração, em
886 administrar a Universidade. Parece que há uma confusão de termos em torno
887 da palavra 'mérito'. Quero dizer, o mérito acadêmico, o mérito administrativo e
888 o mérito político. Penso que o mérito acadêmico limita-se ao ensino, à sala de
889 aula, ao trabalho no laboratório e à pesquisa. Aí sim deve ser reconhecido. Mas
890 quando falamos de Universidade estamos falando de mérito administrativo e
891 político. Fico pensando no número de funcionários que estão aqui há anos,
892 provavelmente mais do que muitos professores nesta sala, que acumulam esse
893 mérito administrativo - muitos funcionários técnicos - e que não têm voz dentro
894 dessa Universidade. Como é que eles não podem ter voz, se muitas vezes até
895 os professores dependem deles para poder tocar essa Universidade? Eles
896 acabam sendo utilizados, o saber deles é utilizado nas Unidades, mas eles não
897 têm voz política. E o mérito político, pensando em uma sociedade democrática
898 de direito, ele não é restrito a um grupo específico, toda a sociedade tem esse
899 mérito político. Logo, na comunidade universitária, a única coisa que deveria
900 definir o mérito político aqui seria fazer parte da comunidade universitária.

Nesse sentido, na palavra mérito se confunde esses três conceitos e cria-se um problema, ou seja, o professor precisa ser professor titular para ter direito político dentro da Universidade. Isso expressa-se na representação desse Conselho Universitário. Um outro problema, que havia falado a alguns Conselhos atrás é exatamente a questão da junção do que poderíamos chamar, fazendo um paralelo entre o poder executivo e o poder legislativo. Quero dizer, se pensarmos que a função do reitor é administrativa, é o executivo, como também a dos diretores. E as funções dos conselhos e congregações têm um caráter mais próximo do que chamaríamos de legislativo, aqui na Universidade se junta esses dois, de modo que o reitor não é só eleito para reitor; ele é eleito para reitor e para presidente do Conselho Universitário. Ele junta duas funções. Assim também o diretor de unidade. Os senhores não foram eleitos para estar neste Conselho deliberando sobre a Universidade de São Paulo, mas para a Unidade. Por que isso precisa ser juntado? Precisamos discutir isso, acho que a própria lógica desta junção nos coloca antes do modelo de estado proposto por Montesquieu; é onde a figura do reitor é exatamente a figura do monarca, que junta o poder executivo e o poder legislativo em si. Existe uma questão de mérito que este Conselho evita enfrentar, que é o que norteia esta discussão. E nesse sentido, penso que só vamos avançar, só vamos conseguir construir uma Universidade democrática - se, de fato, queremos uma Universidade democrática - quando abriremos esse espaço de discussão, convidar toda a Universidade a debater isso, fazer um cronograma, fazer um debate e chamar à discussão para uma separação dessas instâncias de poder e para a eleição direta, para que a Universidade possa participar, inclusive nas escolhas. Aí sim será legítimo. Do contrário, acho que é até desonesto vir aqui questionar a legitimidade dos representantes discentes, que somos eleitos diretamente, sendo que essa eleição não acontece nesse espaço, muito pelo contrário e acaba amarrando, engessando os processos políticos dessa Universidade." **Consª Sandra Margarida Nitrini:** "Na verdade não trago o resultado de uma discussão sobre o tema proposto para hoje, discussão específica e resultados da minha Congregação, mas trago informações sobre as discussões sobre esse tema. É um tema contínuo e a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, no decorrer deste ano, tem se dedicado de maneira especial. Já tivemos uma primeira etapa de discussões mais amplas, com temas mais amplos, mas que tangenciam essa questão e que foram feitas a partir de entrevistas com docentes aposentados, mas especialistas e bem representativos, de várias áreas. As discussões dos temas foram colocados no *sítio* da Faculdade, divulgados para os nossos alunos de Graduação e discutidos em sala de aula, porque foi uma percepção da Congregação, de que a Faculdade tem que se fazer mais presente junto aos nossos alunos, sobretudo aos alunos que estão entrando, no que diz respeito a todos os problemas referentes à Universidade, à política universitária, às instâncias, entre outros. De forma que temos um material precioso sobre esses temas - concepções de Universidade, caráter e inserção da Universidade pública e gratuita na sociedade, relações entre Universidade e Sociedade, concessões de formação e das relações entre ensino e pesquisa, financiamento da Universidade, inserção da USP no sistema do ensino superior brasileiro, diferenças e convergências desejáveis na construção do conhecimento nas diversas áreas do saber na Universidade e a inserção da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas neste contexto, o atual

951 Estatuto da USP, sua História e suas diferenças em relação às demais
 952 Universidades do Ensino Superior Público Brasileiro. Este foi um tema
 953 amplamente debatido com nossos alunos de graduação. No âmbito mais
 954 específico da Congregação, estabelecemos um calendário voltado para o
 955 debate sobre estrutura de poder na Universidade e esse calendário vem se
 956 desenvolvendo. Infelizmente, o tema mais direto relacionado com a eleição
 957 para Reitor está previsto mais para frente. Já sei que há previsão de um
 958 Conselho Universitário temático para agosto e isso é importante para que haja
 959 um calendário, para que possamos estabelecer e acertar o compasso das
 960 nossas discussões com as que estão sendo feitas dentro deste Colegiado. Os
 961 temas são: mérito, participação e eficiência. Aliás, este tema já foi discutido na
 962 Congregação anterior, o relator foi o Prof. Ricardo Terra e os dois debatedores,
 963 Professor André Singer e Professor Marcos Napolitano. Na próxima quinta-feira
 964 vamos ter o tema Composição e Dinâmica dos Colegiados, a apresentadora é
 965 a Professora Valéria de Marco e os debatedores, Professora Ana Lúcia
 966 Pastore, e Professor Adrián Fanjul, que é representante dos Doutores neste
 967 Conselho. Temos um tema, Democracia, Poder e Autoridade, cujos convidados
 968 ainda vamos confirmar os nomes, porque estamos em conversação e o tema
 969 Eleição para Reitor, o nosso relator convidado é o Professor Renato Janine
 970 Ribeiro, os debatedores, os Professores Brasília Sallum e André Martin. Então,
 971 vamos antecipar esses debates. Informo que esses debates da Faculdade de
 972 Filosofia são transmitidos *on-line* e ficam no *site* da Faculdade. Ela está muito
 973 atenta e vai participar. Quanto aos modelos propostos, não posso dizer a
 974 decisão final da nossa Faculdade, mas posso falar de acordo com a minha
 975 sensibilidade e o que vou ouvindo daqui e dali, da proposta para haver um
 976 único turno e que a composição seja a mais ampla possível. Gostaria agora de
 977 me referir sobre uma fala anterior de um Conselheiro. Já anunciei no Conselho
 978 da semana passada, que no que diz respeito ao regime disciplinar do
 979 Regimento da USP ainda dos tempos da ditadura, a Faculdade de Filosofia
 980 montou uma Comissão e vai propor uma alteração de redação. Gostaria de
 981 dizer que essa Comissão é composta pela Professora Valéria de Marco, da
 982 área de Letras e que já foi Representante da Congregação neste Co; pelo
 983 Professor Gilberto Pinheiro Passos, também da área de Letras, mas com
 984 formação em Direito; e o Presidente é o Professor Sérgio Adorno. E há,
 985 também, um representante dos estudantes. A proposta é que, uma vez que
 986 cheguem a uma formulação, levem para nossa Congregação que, aprovando,
 987 encaminharemos para a Reitoria.” **Cons. Adrian Rodolfo Cavalheiro**
 988 **Fuentes:** “Acho muito importante que tenhamos hoje uma sessão para discutir
 989 sobre a estrutura de poder. Penso que esse debate já está mais do que
 990 atrasado dentro dessa Universidade. Creio que muitas pessoas já perceberam
 991 isso, ainda que com propostas ainda tímidas, que não transformam a
 992 Universidade de fato e nem colocam uma mudança sobre como ela é
 993 organizada, mas há um certo avanço. Porém, penso que precisamos ponderar
 994 algumas coisas. Está se propondo que as eleições para Reitor se coloquem de
 995 outra maneira, que sejam agora assembleia universitária; que as eleições de
 996 diretores mudem, que sejam em outros marcos e muitas outras propostas, mas
 997 ainda não tenho visto as Unidades debaterem isso. Acho que, para mudarmos
 998 a estrutura de poder da Universidade, não basta o próprio poder da
 999 Universidade querer transformar. Primeiro precisamos ser democráticos o
 1000 suficiente para escutar a Universidade que estamos representando. O primeiro

1001 passo é sairmos daqui com algumas propostas, algumas mais concretas,
1002 outras menos, mas que consigamos debater em cada uma das Unidades, que
1003 faça com que as Congregações promovam debates abertos, com a
1004 participação de todos os funcionários, professores e estudantes. Creio que
1005 esse seja o primeiro passo para que consigamos democratizar a Universidade.
1006 Penso que da forma como vai, vamos passar simplesmente por algo que vai se
1007 fingir mais democrática, mas que ainda continua nos mesmos marcos. O
1008 segundo ponto é que o Estatuto da Universidade precisa de muitas mudanças.
1009 A própria composição desse Conselho Universitário, que é representativo,
1010 ainda não representa toda a comunidade. Hoje, os estudantes, por exemplo,
1011 são grande parte da Universidade, geralmente são a maioria das pessoas que
1012 participam de projetos de pesquisa, que estão diretamente nas salas de aula e
1013 que constroem, também, essa Universidade, mas são pouco representados. E
1014 o mesmo acontece com os funcionários. Acho que isso precisa ser pensado de
1015 outra maneira. Hoje fui questionado sobre a representação dos alunos. Não é a
1016 primeira vez que sou questionado dentro de um Conselho sobre a
1017 representatividade que tenho ou como fui eleito. Se não me engano, sou a
1018 pessoa aqui que teve mais votos - 7 mil -, diferente de todos os outros
1019 representantes dentro desse Conselho. Isso também é algo que deveríamos
1020 repensar. Os Diretores de Unidade, como são eleitos hoje? Não há
1021 participação ampla dos alunos e funcionários. E o voto direto é uma saída para
1022 corrigirmos isso, pois ainda estamos muito atrás. Como um estudante pode
1023 votar para todos os cargos desse País, mas não pode votar para o cargo que
1024 vai representá-lo dentro da Universidade? Estamos muito ultrapassados. Dizer
1025 que o estudante, talvez, não tenha mérito é equivocados. Esse é o primeiro
1026 ponto. O outro ponto, o qual considero como prioridade para encaminharmos
1027 neste Co, é o debate amplo, que ainda não aconteceu. Quando estudante do
1028 meu primeiro ano, ouvia o candidato a Reitor que ganhou as eleições em
1029 segundo lugar - uma falta de democracia tremenda dentro da Universidade -
1030 dizer que era o Reitor do diálogo, mas os diálogos não acontecem. Então,
1031 temos uma Universidade que se fecha cada vez mais para o diálogo, uma
1032 pauta que é caríssima para a Universidade, sobre inclusão social e racial e
1033 estrutura de poder, mas que não está sendo debatida amplamente. Então,
1034 acho que precisamos rever muito bem esses conceitos, porque se quisermos
1035 fazer uma Universidade que não seja simplesmente um exemplo de produção
1036 acadêmica, mas também seja um exemplo na construção da sociedade que
1037 acreditamos e defendemos que ela deva ser, precisamos começar a nos
1038 escutar. E isso só acontece tendo uma ampla participação, que deve ser, no
1039 mínimo, paritária entre todas as pessoas que constroem essa Universidade. De
1040 forma que estamos bem atrasados. Esse é um pequeno avanço, mas agora
1041 devemos tentar dar passos muito maiores. E o primeiro passo acho que deve
1042 ser todas as Unidades debatendo, voltando para as Congregações, fazendo
1043 reuniões abertas, onde todo mundo tenha participação, e que consigamos
1044 elaborar várias propostas. Talvez assim consigamos outra coisa. E quem sabe,
1045 futuramente, construir uma estatuinte livre e soberana dentro da Universidade,
1046 onde todos, de fato, possam ser escutados. Portanto, creio que isso é um
1047 avanço, mas temos que tomar cuidado com a falsa democracia que está por
1048 trás das propostas que estão sendo apresentadas." **Cons^a. Maria Dora Genis**
1049 **Mourão:** "Como Representante da Congregação da ECA, cabe-me externar o
1050 sentimento da Congregação. Fizemos uma reunião na semana passada que,

1051 obviamente, foi o início de uma discussão, portanto, não foi conclusiva. É o
1052 início do debate, não temos propostas específicas, mas temos três
1053 considerações a serem colocadas para este Conselho. Lemos e iniciamos a
1054 discussão da proposta do Professor Renato Janine Ribeiro e também
1055 lembramos de um texto do Professor Jacques Marcovitch, de alguns anos
1056 atrás, que reflete sobre as eleições na Universidade, trazendo como exemplos
1057 eleições nas universidades do mundo. Chegamos a três considerações. A
1058 primeira é o consenso de que há a necessidade de uma mudança. A segunda
1059 consideração é que a definição de novas normas de poder deveriam ser
1060 discutidas junto com a definição de qual modelo de Universidade queremos.
1061 Obviamente, uma discussão depende da outra. Se discutimos o modelo, vamos
1062 chegar à questão das eleições propriamente ditas, e se discutimos as eleições,
1063 também ampliemos a discussão para a questão do modelo de Universidade. E
1064 uma terceira questão é sobre a profissionalização da gestão. Sabemos que
1065 vários de nós somos, às vezes, quase que obrigados a aceitar ser candidato a
1066 chefia de departamento, principalmente porque, muitas vezes, é difícil ter
1067 colegas que querem ser chefes de departamento, porque dá trabalho. E
1068 também, às vezes, colegas que vão para a chefia que não têm o perfil
1069 adequado para administrar. Portanto, cabe uma discussão de como chegar a
1070 estes cargos, que são fundamentais e que passam por uma vontade ou perfil
1071 de administração. A última coisa que gostaria de sugerir, assim como o colega
1072 Lucas Antonio Moscato, da Poli, é que todas as propostas que estão sendo
1073 encaminhadas sejam enviadas às Unidades, para que elas possam discuti-las
1074 para que então, em um novo Conselho Universitário, possamos avançar e ter
1075 propostas mais concretas." **Renato Janine Ribeiro:** "Mais uma vez, agradeço
1076 a atenção que me foi prodigada pelo M. Reitor e pelos Conselheiros e por ter
1077 de me retirar quero desculpar-me ante os colegas e os conselheiros que ainda
1078 vão falar, mas estou muito contente com esta ocasião, este debate. Estou
1079 vendo que a Universidade está se orientando para uma mudança. Quero
1080 apenas observar que gosto muito do procedimento proposto pelo Professor
1081 Luiz Nunes, de votações sucessivas, que permitirá chegar até o ponto que
1082 tenha a maioria necessária de votos. Pessoalmente, acho que a inclusão dos
1083 Conselhos Departamentais no colégio eleitoral único, seria bastante desejável.
1084 Também sou favorável ao fim da lista tríplice, pelas razões que expus. Penso
1085 que será muito bom que essa discussão, como está havendo, frutifique e
1086 resulte. Será um traço importante da gestão do Professor Grandino, a quem
1087 cumprimento por colocar essa questão em ritmo, já, quase decisório." **Cons^a**
1088 **Letícia Alcântara de Freitas:** "Além de representante discente neste
1089 Conselho, também sou Diretora do DCE, o que também é parte dessa
1090 discussão sobre representatividade. Acho bastante delicado tratarmos sobre
1091 representatividade, questionar um dos processos mais amplos de eleição que
1092 essa Universidade conhece, que tem a ver, justamente, com a
1093 representatividade nas entidades e por onde o próprio Estatuto da nossa
1094 entidade - DCE - garante a participação da representação discente, inclusive
1095 de todas as chapas inscritas, não apenas da chapa eleita. Mas não vou me
1096 alongar sobre isso, pois meus colegas já falaram. Acho que, em primeiro lugar,
1097 é importante termos um Conselho Universitário que discuta, nesse momento, a
1098 estrutura de poder na USP. As maioria das propostas que foram apresentadas,
1099 na verdade, reflete uma preocupação que, em essência, tem a ver com a
1100 ampliação da participação. São propostas e sugestões que giram em torno

desse debate e acho que isso significa alguma coisa. Acho importante pensarmos por que é necessário ampliar essa participação e o que queremos com esse processo. É preciso, portanto, definir critérios para que reformulemos a estrutura de poder na Universidade. Será uma estrutura nova, a serviço de quem? Do quê? E para fazer o que na Universidade de São Paulo? Na minha opinião, um dos principais elementos que devemos garantir aqui é esse debate em cada Unidade, mas, mais do que isso, é podermos responder algumas perguntas que já estão colocadas. Acho, por exemplo, que seria fundamental, para garantir de fato a democracia na Universidade de São Paulo, que a nossa principal representação não fosse restrita ao Conselho Universitário. Todos devem ter acompanhado, no ano passado, que os próprios parlamentares decidiram sobre seu aumento salarial, um aumento exorbitante. E boa parte de nós deve ter questionado o porquê deles poderem decidir sobre seus próprios aumentos, enquanto que nós não podemos decidir sobre os aumentos dos nossos salários. Acho complicado o Conselho Universitário decidir sobre sua própria reestruturação. De forma que, em primeiro lugar, penso que precisamos garantir que essa decisão seja tomada de maneira bem ampla. E acho que podemos nos utilizar de vários instrumentos que estão para além da representação dentro dessa sala do Conselho. Podemos, inclusive, pensar, como serão feitas essas discussões ao longo do segundo semestre em cada Unidade, essas reuniões abertas com a presença de todos, mas, principalmente, acho que seria um desafio muito interessante para a Reitoria da Universidade e para os Diretores presentes, que organizássemos uma ampla campanha na Universidade, que tivesse plebiscitos, que tivesse perguntas que pudessem ser respondidas por absolutamente todas as pessoas com as quais nos interessássemos em falar. Então, se os professores conversassem entre si, os estudantes e os funcionários, talvez, pudséssemos decidir. Na minha opinião, todas as propostas que foram apresentadas, na prática, encerram-se no mesmo problema da democracia, porque se restringem a uma representação apenas do Co ou de alguns poucos professores, funcionários e estudantes, quando hoje existe a possibilidade de ser mais amplo. Para garantir, de fato, essa amplitude, nesse momento, acho que devemos ver quais são nossos melhores instrumentos, mas, definitivamente, a Universidade de São Paulo tem que caminhar para frente e isso significa caminhar em direção a uma estatuinte, a eleições diretas para Reitor, a eleições que possam garantir não apenas a eleição dos nossos representantes, mas, principalmente, a eleição sobre um programa, sobre aquilo que se propõe para a Universidade de São Paulo, para que possamos saber exatamente o que é decidido, para além daqui, para além do Co. Para que possamos garantir que as principais decisões que tem a ver com o dia-a-dia de todos nós sejam tomadas por todos aqueles que constroem a Universidade cotidianamente. E é preciso dizer que aqueles que constroem a Universidade cotidianamente são mais do que os que estão nessa sala, são os demais professores que estão todos os dias dando aula, são os demais estudantes, que todos os dias vêm para a Universidade, utilizam os transportes da Universidade e são, também, os funcionários. O último Co discutiu a uma série de decisões que, sequer, têm passado pelo próprio Conselho Universitário, que questiona a legitimidade para que possamos decidir mudanças estruturais, tão reivindicadas amplamente por todos os setores da Universidade, e que, neste momento, temos a chance de discutir. Mas as decisões precisam passar para além desse Co. Por isso que,

em minha opinião, o principal é que discutamos nas Unidades é o quanto que os estudantes, professores e funcionários acham que esse Conselho Universitário pode decidir sobre si e sobre os rumos da Universidade." **Cons. Lucas Oliveira Viana:** "Acho importante a discussão que estamos fazendo hoje, assim como muitos que já falaram. Inclusive, acho importante as propostas que foram apresentadas. Entretanto, como posicionamento dos estudantes, elas não atendem ao que os estudantes discutem em seus fóruns. Como o representante Dário, da pós-graduação, falou, há muitos anos o movimento estudantil já vem discutindo a estrutura do poder na Universidade. E, como também a Professora Maria Dora, da ECA, ressaltou, o que foi discutido na Congregação da ECA é que essa discussão não pode estar descolada da discussão sobre qual o modelo de Universidade que queremos. Acho importante, também, ressaltar uma coisa que o Conselheiro Dário falou, que é relativo a quem tem o mérito político e administrativo nessa Universidade. Acredito que é importante que discutamos neste Conselho Universitário, mas essas decisões não podem ficar restritas a este Conselho, precisamos expandir. Todos expressaram isso em suas falas, em menor ou em maior grau. O que os estudantes sempre discutem é a necessidade de uma estatuinte, mas essa decisão não pode passar somente pelo Conselho Universitário, temos que expandir. Faço minhas as palavras da Conselheira Letícia, acredito que é um grande desafio que lançamos para a Reitoria agora, de lançarmos para o próximo semestre um plebiscito para ver o que a maioria da Universidade - incluindo não só aqueles que têm mérito acadêmico, mas os que têm mérito administrativo, político e constroem a Universidade no cotidiano - tem a dizer e a deliberar sobre essa Universidade. Temos, atualmente, problemas relacionados a processos de estudantes, à falta de representatividade dentro dos Conselhos, das Congregações, dos Conselhos Departamentais, mas o que está na raiz desse problema é o Estatuto. Por isso é importante reafirmarmos a necessidade de uma estatuinte e das eleições diretas para Reitor. Que todas as pessoas que fazem parte da Universidade possam votar para Reitor e, também, para os outros cargos de Conselhos e Congregações. Com relação à questão da lista tríplice, um dos argumentos favoráveis é que a população de São Paulo deve ser representada por meio do Governador, entretanto, caímos em uma contradição quando alegamos que a escolha do Reitor tem que passar, necessariamente, pelo representante da população de São Paulo. Primeiro, porque é de se questionar se essa representação é legítima e, segundo, na Universidade de São Paulo temos a constatação de que a população não usufrui, como deveria, dessa Universidade. E essa Universidade não pensa tanto na população como deveria pensar. Então, antes de discutirmos a participação da sociedade por meio de um representante, que é o Governador, para decidir quem será nosso Reitor, precisamos ampliar a Universidade no sentido de que as pessoas também usufruam dela. E que a Universidade pense, também, em políticas e ações para toda a população." **Cons. Raul Santiago Rosa:** "O tema de estrutura de poder veio à tona na Universidade e está sendo bastante recorrente em várias discussões e, em relação aos estudantes, está protagonizando bastante em nossos debates e discussões. Um exemplo disso é que teremos em agosto agora nosso congresso de estudantes e o tema principal é estrutura de poder e estatuinte na Universidade. Entendemos que a Universidade de São Paulo, por ser a maior Universidade do Brasil, tanto no quesito de orçamento, como no quesito

1201 de prestígio nacional e internacional, deve ser a vanguarda em políticas que
1202 garantam a democracia na escolha dos nossos dirigentes - Reitor, Diretor e
1203 seus respectivos vices. O aumento da democracia na escolha desses
1204 dirigentes não se opõe à qualidade da Universidade, visto que a maioria da
1205 nossa comunidade universitária, que é excluída do processo de escolha desses
1206 dirigentes, é composta por pessoas que estão dia-a-dia vivendo a Universidade
1207 e vendo as suas reais necessidades. Então, a participação dela só garantiria
1208 melhor qualidade. Por isso, entendemos que a qualidade e a democracia na
1209 Universidade é garantida por um processo de eleições que, primeiro, encerrem-
1210 se em suas respectivas instâncias, portanto, a eleição para Reitor tem de ser
1211 encerrada dentro da Universidade e a do Diretor na própria Unidade. Não vejo
1212 sentido na argumentação do Professor Renato Janine Ribeiro, de que a USP é
1213 pública e isso legitima a escolha do Governador, sendo que o Governador de
1214 São Paulo não faz parte das discussões de propostas da Universidade e nem
1215 deste pequeno Conselho, que é bastante antidemocrático. Portanto, não tem
1216 sentido nenhum ele fazer essa escolha, é bastante incoerente em relação à
1217 comunidade universitária. Segundo, que essas eleições sejam diretas, para
1218 que o representante tenha legitimidade representativa e reconhecimento
1219 majoritário de sua capacidade gestora, o que está, evidentemente, em xeque,
1220 nesta atual gestão da Reitoria. Ainda zelando pela participação de quem está
1221 vivendo, estudando, trabalhando e também lecionando nessa Universidade, o
1222 processo de mudança estatutária deve ocorrer pelo formato de estatuinte, o
1223 que está mais do que na hora de acontecer, devido ao acúmulo que está tendo
1224 entre os debates nas categorias e a demanda que essas categorias andam
1225 apresentando em relação a este tema. Como estamos na Universidade e ela
1226 tem que zelar por um debate crítico e fomento de discussões e reflexões, nada
1227 mais adequado que, precedendo essas deliberações em relação à estrutura de
1228 poder na Universidade, haja um amplo espaço para que as categorias e as
1229 unidades possam debater esse assunto que diz respeito a toda nossa
1230 Universidade. Cada Unidade deve ter uma demanda, que deve ser debatida
1231 nas Congregações antes de qualquer deliberação. E que neste espaço haja, *a*
1232 *priori*, audiências públicas, reuniões abertas de discussão, nas quais participam
1233 funcionários, professores e estudantes, para que possamos ter um processo de
1234 mudança do Estatuto que é mais do que necessária, devido à quantidade de
1235 mudanças feitas desde 1979, para que tenhamos um processo, de fato,
1236 democrático, transparente e tenha qualidade e representatividade." **Cons^a**
1237 **Bárbara Guimarães:** "Vou seguir a mesma linha dos representantes discentes
1238 que me antecederam, para reafirmar a importância que vemos em levar esse
1239 debate da estrutura de poder da Universidade para dentro das Unidades. Não
1240 apenas para dentro da Congregação de maneira fechada, mas que haja
1241 reuniões abertas, em que funcionários, professores e estudantes possam
1242 debater a pauta de estrutura de poder, mesmo porque é uma pauta histórica do
1243 movimento, não só do movimento estudantil, como do movimento de
1244 professores e funcionários também. É por isso que vemos essa importância de
1245 termos um tempo maior para debater isso nas Unidades. Achamos muito boa a
1246 iniciativa de colocar o tema estrutura de poder como pauta de um Co, é um
1247 tema muito polêmico dentro da Universidade, percebemos isso no nosso dia-a-
1248 dia, mas é muito importante que possamos consultar toda a comunidade. Estou
1249 falando isso porque, querendo ou não, somos poucos aqui dentro. Fiquei
1250 surpresa com o questionamento da maneira como os representantes discentes

1251 são eleitos, porque já estamos em número menor neste Conselho. Não
1252 esperávamos que a maneira como somos eleitos fosse questionada dentro da
1253 pauta de estrutura de poder, mesmo porque, viemos aqui dispostos a convidar
1254 todos os professores do Co a levar para as suas congregações este debate.
1255 Ainda somos muito poucos dentro da comunidade, de uma maneira geral e é
1256 por isso que temos que incentivar. Sinto isso como estudante. Acho que, às
1257 vezes, para outros estudantes se movimentarem, precisam de um incentivo dos
1258 professores, de mais debates. Citarei o exemplo da Congregação da FFLCH,
1259 que teve uma iniciativa muito boa de levar debates para dentro da sala de aula,
1260 por mais que eu pense que não tenha sido muito bem divulgado, mas acho que
1261 foi uma iniciativa que podemos usar como exemplo. Vemos que o movimento
1262 estudantil, neste momento, está construindo o Congresso dos Estudantes e foi
1263 uma demanda do movimento que esse Congresso tenha como tema principal a
1264 democracia na USP, porque queremos debater a estatuinte, queremos debater
1265 a possibilidade de votar para Reitor. Então, sentimos que os estudantes
1266 querem se movimentar. O IAG, por exemplo, acabou fazendo uma eleição para
1267 esse Congresso e eles, normalmente, não têm a tradição de debater esse tipo
1268 de pauta. Vemos alguns cursos da Poli vendo, também, essa possibilidade de
1269 debater a pauta sobre democracia na USP. Ouvimos várias propostas de como
1270 essa eleição pode ser mais democrática, mas, particularmente, não consegui
1271 ver muito isso. Já somos 'grandinhos', já podemos votar para Reitor. Porque
1272 com 16 anos, já tive de votar para Prefeito da cidade, então porque não posso
1273 escolher o Reitor dessa Universidade? É mais ou menos esse o sentimento
1274 que temos no dia-a-dia com os outros estudantes. Somo menores? Porque
1275 somos menores? É claro que professores estudam muito mais que nós,
1276 respeitamos isso. Mas, por que ele tem mais poder de decisão do que nós, que
1277 também podemos decidir sobre outras questões, como nosso Governador. Não
1278 é porque votei em determinado Governador que acho que ele deve votar em
1279 determinado Reitor. Uma coisa não está ligada a outra. É por isso que
1280 defendemos a estatuinte, as diretas, mas antes disso, defendemos que esse
1281 seja um debate amplo, com toda a comunidade, porque essa Universidade foi
1282 construída não só com professores, não só com professores que estão no Co.
1283 Essa Universidade foi construída de excelência, porque foi construída na luta
1284 de professores, funcionários e universitários. Ninguém construiu isso aqui
1285 sozinho. Não foi um Reitor que levantou a Universidade de São Paulo, foi toda
1286 a comunidade. Então, é esse o convite que deixo, como estudante e
1287 representante discente. Ter um pouco mais de animação com o Co e levar isso
1288 para suas Unidades e acreditar que é difícil, mas é possível." **Cons. Eli**
1289 **Ferreira Junior:** "Antes de entrar propriamente na minha fala, quero falar sobre
1290 esse nervosismo dos representantes discentes. Acho muito sintomático que
1291 cheguemos aqui e achemos tão difícil falar com os professores, já que nossa
1292 estrutura de poder e administrativa é tão pouco dialogada. Temos tão pouca
1293 participação que quando chegamos aqui é até difícil falar. Quero dizer que
1294 acho ótimo que a USP seja uma das 200 melhores universidades do mundo e a
1295 melhor da América da Latina. Mas acho que temos que pensar quais são os
1296 critérios que definem esse *ranking*. É necessário que a Universidade retribua
1297 aos contribuintes tudo o que eles estão investindo nela. E acho que se
1298 fôssemos fazer um *ranking* baseado na opinião e no reflexo que essa
1299 Universidade tem para as pessoas ao redor, iríamos chegar em um *ranking*
1300 bem diferente, a USP estaria em uma colocação bem abaixo do que ela está.

1301 Quanto à pauta específica, começando pelo que um dos professores disse,
1302 temos um sistema muito ruim de decisão na USP. E todas as outras falas
1303 citaram a necessidade de ampliar a participação nessa decisão. E se estamos
1304 dizendo que precisamos ampliar a participação nessa eleição para Reitor, que
1305 inclui não só o Co, como também os Conselhos Centrais, é no mínimo
1306 incoerente que decidamos apenas no Co como é que vamos fazer essa
1307 escolha. Portanto, creio ser extremamente necessário que ampliemos,
1308 também, a discussão e não apenas a participação de mais professores nessa
1309 escolha do Reitor. Acho que precisamos levar essa discussão para as
1310 Congregações e também para reuniões abertas nos cursos. E a decisão deve
1311 ser tomada levando em conta a opinião dos professores e, também, dos alunos
1312 e funcionários. Queria dizer que também sou Diretor do DCE, sou
1313 representante discente e acho que a nossa eleição, nosso movimento
1314 estudantil se organiza de uma forma bastante democrática, diferente do que o
1315 Professor citou. E penso que com essa abertura, nosso Conselho Universitário
1316 poderia, inclusive, aprender alguma coisa sobre essa democracia.” **Cons^a**
1317 **Lisete Gomes Aleraro:** “A Faculdade de Educação fez uma única reunião da
1318 Congregação, uma reunião aberta e temos uma proposta que vai um pouco na
1319 direção do que o Professor Flávio apresentou, talvez um pouco mais
1320 esticadinha. Achamos realmente impossível, na última semana de junho,
1321 entrando em provas, com trabalho para corrigir, etc, que alunos, professores e
1322 funcionários, tivessem condições de fazer um debate minimamente decente.
1323 Portanto, estamos propondo a este Conselho Universitário e ao Reitor, em
1324 especial, que agosto e setembro fosse um tempo destinado à discussão nas
1325 unidades de ensino, museus e institutos, o mais aberto possível, que
1326 envolvesse alunos, professores e funcionários. Que em outubro de 2012 fosse
1327 a consolidação dessas propostas e que pudéssemos reservar novembro e
1328 dezembro para o processo de deliberação. É o mínimo, porque não
1329 conseguiríamos reunir as pessoas com prazo menor, até porque tem outros
1330 assuntos e outros afazeres com menor prazo do que este, mas teríamos o final
1331 de 2012 como um horizonte. Alguns pontos já são antigos do debate na
1332 Faculdade de Educação, acho que nós e mais nove Unidades de Ensino, nos
1333 últimos doze ou treze anos, propusemos eleição direta para Diretor e vice nas
1334 escolas. E fizemos uma boa discussão sobre a necessidade de reformular e
1335 reconceituar o papel do vice, tanto de vice-reitor, como de vice-diretor, porque,
1336 na verdade, não temos um vice-diretor. Se eu morrer ou pedir demissão, ou
1337 desistir, o meu vice não assume. Ele só existe para organizar a próxima
1338 eleição. De forma que consideramos muito interessante a ideia de uma chapa
1339 em que diretor e vice concorram com mandatos coincidentes. Na Faculdade de
1340 Educação, já adotamos um processo disfarçado, mas é um processo de
1341 consulta à comunidade, que tem uma repercussão direta, depois, no ritual da
1342 congregação. Quero apenas lembrar aos senhores que desde os anos 80 - e
1343 não morreu ninguém - não houve subelevação de autoridade. Fazemos,
1344 inclusive, um ritual onde os candidatos admitem que aquele que for escolhido
1345 pela comunidade assumirá o lugar e os que não foram, mesmo que o Reitor
1346 designe, não aceitará. É verdade que, historicamente, os reitores sempre
1347 aceitaram o primeiro, o mais votado, de forma que não tivemos a chance de ver
1348 se os outros cumpriram a sua palavra. Mas, de todo jeito, é um ritual público,
1349 um debate público, e tem sido muito interessante, pedagogicamente bom. Em
1350 segundo lugar, uma discussão que achamos importante é a mudança da

1351 representação dentro de todos os conselhos deliberativos. Sei que é estranho
1352 dizermos isso nesse Conselho, mas defendemos, sem dúvida nenhuma, que a
1353 Lei de Diretrizes e Bases seja cumprida. É constrangedor, mas sabemos que a
1354 USP, historicamente, não cumpriu várias legislações, inclusive a própria
1355 Constituição. Até para concurso para Diretor, lamento dizer, mas tivemos uma
1356 pressão externa para que fizéssemos agora os concursos diretos. Obedecer a
1357 LDB não é mal e 70-15-15, também não, é a coisa mais aceitável que existe no
1358 mundo. Outra questão importante para discutirmos é que, de fato, tivéssemos
1359 um terço da representação docente. Também discutimos essa situação dentro
1360 do Conselho Universitário e achamos que essa discussão pode se reequilibrar
1361 com 70-15-15. E nós, dentro das Congregações, propusemos que também
1362 houvesse uma proporcionalidade. Independente de maldizer ou não os
1363 titulares, porque, historicamente, já somos diretor, vice, presidente de
1364 comissões e, portanto, temos, na representação docente, uma divisão paritária
1365 entre as diferentes categorias - Doutor, Livre-Docente e Titular - nos parece um
1366 sistema que democratiza um pouco mais. Mantida a ampliação de alunos e
1367 funcionários, que é bom. Em relação à eleição de reitor e vice, concordo com a
1368 Bárbara. Faz muito tempo que temos um desejo de eleição direta para reitor,
1369 mas parece que temos certo preconceito - alguns de nós - em relação a isso.
1370 Mas lembro que na semana passada concedemos a medalha Armando Salles
1371 de Oliveira ao Professor Britto, que por sinal foi eleito pelo voto direto da
1372 comunidade da UNICAMP e depois até resolveu renunciar, para ser Diretor da
1373 FAPESP. Ele e outros há muitos anos são eleitos sem grandes contestações. E
1374 gostaria - claro que não há tempo para um debate hoje - de discutir sobre a
1375 lista tríplice. Do ponto de vista concreto, sem pegar o nosso caso, o Professor
1376 Rodas foi escolhido legitimamente pelo Governador Serra. Então, mudou o
1377 Governador e vamos supor que fosse um adversário político dele, o
1378 Governador poderia tirar o Professor Rodas? Deveria poder? Já que ele é
1379 eleito, poderia tirar. Defenderíamos isso? Jamais. Portanto, não tenho dúvida
1380 que este assunto implica que um reitor, da mesma forma que um governador,
1381 tenham maturidade política na busca do chamado bem comum, como, aliás,
1382 está escrito na nossa Constituição. Qual é o problema de elegermos com
1383 critérios de mérito garantidos e encerrarmos essa questão? Não se conhece no
1384 mundo um caso em que tenha tido um confronto direto de reitor em relação aos
1385 governantes, por mais diferentes que sejam essas situações. Não é possível,
1386 também, não reconhecermos que há mais de 15 anos nossas colegas,
1387 Universidades Federais, fazem um processo de escolha direta e não tem um
1388 tumulto que justifique dizer: 'olha, é isso'. E quando não acontece 'mantida a
1389 lista tríplice'. Essa discussão não é menor. Só estou trazendo este tema
1390 porque, para nós, por exemplo, o turno único é bastante importante e, sem
1391 dúvida nenhuma, esta sugestão de que tenha um voto de maioria é uma coisa
1392 muito importante, para pensarmos na possibilidade, também, de construirmos,
1393 já que somos a melhor Universidade do Brasil - e dizemos isso de peito cheio -
1394 que também tenhamos formas criativas e ousadas para poder mudar. Mudar
1395 para ousar que ela fique melhor que está." **Cons. Adrián Pablo Fanjul:**
1396 "Gostaria de falar sobre um assunto que faz parte do tema estrutura de poder,
1397 porém não está atraindo atenções, tendo em vista que o assunto principal é
1398 eleição do reitor e dirigentes, cuja importância não minimizo, mas preciso
1399 chamar a atenção para outro aspecto da temática principal, que é a
1400 necessidade de ampliar a representação das diferentes categorias docentes no

1401 Conselho Universitário. Neste momento, para 3.020 doutores temos um único
1402 representante - no caso eu. É difícil ser o único representante de 3.020
1403 pessoas que não pensam igual e tem posturas, por momentos, bastantes
1404 confrontadas. Seria ideal que pudesse haver uma expressão de pluralidade,
1405 digamos que vários dos pontos de vista que predominam dentro do amplo
1406 leque dos professores doutores e dos associados estivessem representados.
1407 Atualmente temos um representante para professores associados. Penso que é
1408 importante ampliar esta representação. Por exemplo, na Universidade Estadual
1409 de Campinas - UNICAMP, há três representantes para cada uma das
1410 categorias docentes - doutores, associados e titulares -, além de uma outra
1411 bancada de doze, escolhida pela categoria docente em geral. De forma que
1412 são vinte representantes e é uma Universidade com número bem menor de
1413 professores do que a USP. Acho que isso é algo para se pensar. Embora
1414 esteja em contato com aqueles representantes docentes com os quais tenho o
1415 endereço, porque compareceram para eleição no colégio eleitoral e estou
1416 enviando esta informação e vou pedir que nas congregações insistam sobre
1417 este ponto, para que ele não se perca dentro de outros assuntos importantes,
1418 como a eleição de reitor e dirigentes. Enviarei, também, aos senhores
1419 conselheiros, o Estatuto da UNICAMP para vejam seu modelo de
1420 representação docente. Sobre a eleição de reitor, vice-reitor e diretores,
1421 incomoda-me a parte que mostra uma relação que não está muito explícita
1422 entre diferentes modos de eleição e qualidade - qualidade de pesquisa,
1423 entendendo pesquisa, ensino e extensão, porque estamos em uma
1424 universidade. Existem muitos modos de verificar a qualidade de um mérito em
1425 uma universidade. Não poucos deles são o que nós, professores, obtemos
1426 quando nos submetemos à avaliação de sistemas de projetos, artigos, etc., e
1427 eu, que não apenas sou avaliado, mas também sou avaliador, como muitos dos
1428 senhores também, não me lembro de ter preenchido, por exemplo, um parecer
1429 de avaliação sobre um projeto que incluísse a pergunta: 'considere como é a
1430 eleição de reitor desta instituição'. Digo para que se estabeleça uma relação
1431 com qualidade, como se a ampliação dos modos de eleição pusessem em risco
1432 a qualidade da pesquisa. Quando elaboro um projeto não tenho em mente
1433 como se elege o reitor da minha universidade, não porque não me interesse,
1434 mas porque precisaria ser mais explicitada qual é essa relação que parece
1435 entrar em jogo quando aparece esse tema. Acompanhando a apresentação do
1436 representante dos titulares sobre os diferentes graus de ampliação, em um
1437 momento ele menciona eleição direta. Destaco que eleição direta não é o
1438 mesmo que eleição universal, porque está sendo apresentada dessa maneira.
1439 Há vários modos de eleição direta que já foram discutidos dentro da
1440 Universidade. O modelo universal - que pessoalmente não concordaria, porque
1441 considero que os docentes têm que ter uma representação maior, modelo
1442 paritário e um modelo que respeite a LDB. Digamos que todos os membros da
1443 Universidade, depois de determinado tempo, possam votar e que se garanta os
1444 70% de peso do corpo docente. Mas não me parece, concordando com a Prof.^a
1445 Lisete, que a mera anúncio de eleição direta será associada a algum tipo de
1446 perda, que não fica muito clara onde seria." **Cons. Júlio Arantes Azevedo:**
1447 "Não vou me deter nas questões da transparência das eleições das entidades
1448 representativas, porque, de fato, vejo nisso uma tentativa de desviar o foco de
1449 onde está na verdade a falta de transparência para uma local onde ela não
1450 existe. Com relação às propostas apresentadas, considero-as muito tímida,

porque elas preveem uma mudança nesse complexo de hierarquias que temos na USP, mas não toca nas questões de fundo que precisariam. Elas pretendem ampliar um pouco, colocar para outros setores a possibilidade de participação em uma eleição que, na verdade, não vai mudar muita coisa. Tudo o que foi colocado remete-me àquela velha democracia grega, temos a representatividade, mas uns são mais representantes do que outros. Isto está muito presente aqui, algumas pessoas têm o poder de representar e outras só podem ser representadas. E isso tem grandes implicações, porque vêm as decisões que são tomadas, que dizem que houve uma grande discussão, mas depois são reivindicadas pela comunidade universitária, sob a justa alegação de que não foi discutido. Essa é uma delas, mas podemos lembrar de outras questões que são aprovadas ou que nem entram na pauta, como a questão das cotas, que precisou de um forte movimento para ser incluída na pauta. Também, a questão da própria ECA, foi aprovada uma nova ECA e agora existe toda uma movimentação de questionar. E não é porque as questões não existiam, mas porque não houve discussão prévia para que aquelas questões fossem colocadas. Essas propostas que foram apresentadas inicialmente hoje mantém essa forma como as coisas estão organizadas. Qual é o medo que essa estrutura tem da representatividade real? Qual é o medo de se criar um mecanismo efetivamente representativo dentro da Universidade? Várias universidades têm os seus modelos de eleições paritárias. Se todos que estão aqui admitidos, mesmo como alunos, nos discursos aparecem como estudantes de uma instituição de excelência, que saem preparados para tocar o Brasil afora, por que na hora de constituir essa representatividade eles não são considerados? Vejo que precisa, efetivamente, criar, como já colocado, um calendário para uma discussão ampla, que envolva a participação de toda a comunidade universitária e não somente aqueles que são mais representantes do que os outros. A timidez das propostas colocadas aparece de forma que a comunidade já vem, em vários espaços, reivindicando uma estatuinte livre e soberana na USP e então vem uma proposta que mexe na estrutura de poder, mas que começa com uma tímida ampliação de número de votantes. Se queremos fazer uma mudança na estrutura de poder da USP, precisamos fazer uma mudança efetiva e não dar uma pincelada, fazer uma reformazinha aqui e ali, porque se não perde esse momento agora e só Deus sabe quando terá outro. Duas propostas devem ser encaminhadas, duas coisas que não podem ficar separadas: eleições diretas paritárias e sem hierarquias internas. Acho isso um absurdo e nunca vi, nas várias experiências que conheço de universidade, esse complexo de hierarquias que se cria dentro de uma própria categoria, como por exemplo, a categoria docente. E batalhar por essa constituição da estatuinte livre e soberana, para poder fazer uma mudança real na estrutura de poder da USP." **Cons. Osvaldo Novais de Oliveira Junior:** "As opiniões que vou expressar são minhas, até porque a Congregação do Instituto de Física de São Carlos vai debater este assunto somente em agosto, conforme informação do Diretor. As ideias que tinha para propor quando me inscrevi já foram defendidas, de forma que gostaria de ressaltar apenas dois pontos. O primeiro, com relação ao processo decisório, apoio integralmente a proposta do Prof. Luiz Nunes de Oliveira, que foi baseada na proposta do Prof. Renato Janine. O segundo ponto que gostaria de enfatizar e ver implementado é a comissão eleitoral, que permitirá não só um número maior de candidatos que possam se inscrever ou se interessar pelo processo, como também com as

1501 sabatinas, como propôs o Prof. Renato Janine. O colégio eleitoral ou
1502 assembleia universitária, qualquer que seja o colégio eleitoral escolhido,
1503 poderá tomar uma decisão muito mais bem informada na hora de votar. Sobre
1504 a democracia na Universidade, quem paga as nossas contas é a população do
1505 Estado de São Paulo, portanto, para uma eleição completamente democrática,
1506 quem deveria votar é o povo do Estado de São Paulo. Se restringirmos apenas
1507 à nossa comunidade, estaríamos cometendo um grave equívoco, porque a
1508 nossa comunidade não é representativa do povo do Estado de São Paulo,
1509 temos um perfil sócio econômico completamente distinto, naturalmente muito
1510 mais alto do que o resto da população. De forma que não haveria nenhuma
1511 democracia em estender o voto a toda a nossa comunidade. Mas temos
1512 obrigações, temos que dar respostas à sociedade e essa resposta pode ser
1513 dada formando líderes, formando recursos humanos de alto nível, gerando
1514 conhecimento, tecnologia e políticas públicas. Aí sim o povo, que não está
1515 votando diretamente, será beneficiado." **Cons. Silvio Burratino Melhado:**
1516 "Quero me posicionar com relação àquela que foi uma plataforma na época da
1517 minha candidatura a representante dos professores associados, que consiste
1518 em não opinar sobre demais pontos em debate, mas me ater àquilo que é
1519 próprio da representação. Por isso, vou falar sobre o que já foi falado pelo Prof.
1520 Adrián, que é a necessidade da ampliação da representação dos professores
1521 associados. Entendo que a mudança na carreira, com a introdução da
1522 progressão horizontal já foi um sinal bem claro de que a Universidade percebeu
1523 a ampliação da população de associados dentro do nosso quadro de docentes
1524 e o quanto esses professores associados, de alguma maneira hoje, tem um
1525 papel fundamental na condução de todos os processos, seja de ensino, de
1526 pesquisa, de prestação de serviços, muito diferente ao que foi há 10/20 anos
1527 atrás. Estamos falando de décadas, porque nosso Estatuto já tem uma idade
1528 bastante avançada, que remonta uma época em que não havia tal número de
1529 professores. Efetivamente, queria dizer que qualquer argumento, no sentido de
1530 que os professores associados já tem um maior acesso, após essa reforma, ele
1531 não terá muito sentido se entendermos que, na verdade, essas representações
1532 são de natureza diferente, elas não são representações, nem das unidades,
1533 nem das diretorias, nem das congregações, mas são representações de
1534 interesse muito mais difuso – em um bom sentido - porque a Universidade é
1535 composta por número muito grande de pontos de vista que precisam estar
1536 representados e não significa que o fato de um determinado docente não se
1537 candidatar a um cargo de chefia ou diretoria ou mesmo participar da
1538 congregação, não significa que ele não tem uma visão importante desses
1539 processos, e que precisaria ser considerada. De forma que me parece muito
1540 natural que da mesma forma que já foi reconhecida a ampliação no sentido do
1541 acesso aos níveis de mérito na carreira, que pudéssemos falar hoje de um
1542 maior número de professores. Evidentemente que, por analogia, concordo com
1543 o Cons. Adrián quando ele diz que se trata de uma representação docente das
1544 categorias. Não estou falando de nenhuma outra categoria, mas o que se diz
1545 do associado pode ser entendido, também, para os demais docentes. Para
1546 defender ainda um pouco mais concretamente como esta mudança poderia ser
1547 feita, entendo que hoje já temos definidas as categorias de associados 1, 2 e 3,
1548 portanto devemos pensar em um determinado número de representantes,
1549 maior ou igual a um, mais o seu suplente, para cada um desses níveis de
1550 progressão, o que já me parece bastante compatível com as tendências

1551 manifestadas. Finalizo dizendo que tenho bastante orgulho de ser
1552 representante dos associados pela segunda vez e, embora beneficiário do
1553 processo atual, não concordo com o processo que aí está. Particularmente,
1554 acredito que teríamos toda a condição de fazer, inclusive, com meios
1555 eletrônicos, uma eleição direta do representante, ampliando a participação,
1556 eventualmente usando os dois turnos como uma forma de aprofundar o debate,
1557 mas evitando o que tem sido - não sei se algum dos senhores já presenciaram
1558 - uma reunião de algumas poucas dezenas de professores, que se faz nesta
1559 sala, onde, por vezes, o discurso do momento pode até, falsamente, iludir os
1560 colegas. Acho que fui capaz de iludi-los por duas vezes e, de alguma maneira,
1561 isso me alavancou para este púlpito, onde eu, talvez ilegítimamente, esteja
1562 ocupando esta representação. Votaria sim para uma eleição direta, um
1563 processo de participação a distância e uma ampliação da nossa representação,
1564 para o bem da própria Universidade. Obrigado." **Cons. Marcello Ferreira dos**
1565 **Santos:** "Parece-me uma situação muito triste as propostas apresentadas
1566 pelos oradores, no início, para a questão da estrutura do poder na USP, pois
1567 são mínimas e irrisórias. Digo isso não em nome próprio, porque me parece
1568 que essas propostas apresentadas no início só poderiam ser apresentadas da
1569 maneira como foram, arguindo-se o direito de poder representar o conjunto da
1570 comunidade universitária se elas tivessem um grande afastamento da realidade
1571 da maior parte da comunidade universitária. Por isso parece-me infeliz a
1572 maneira como foi aberta. Nesse sentido, não concordo que é mais fácil criticar
1573 do que elogiar, porque, como foi dito anteriormente, essa discussão que
1574 estamos fazendo hoje, mesmo depois de anos de clamor por parte da
1575 comunidade universitária, esperávamos que isso fosse debatido
1576 democraticamente com o conjunto da comunidade universitária, mas
1577 novamente não está sendo feito. Corroboro com a intervenção de vários
1578 conselheiros de que as decisões que são tomadas neste Conselho, na maioria
1579 das vezes - e também nesse caso - estão bem deslocadas do conjunto das
1580 necessidades da comunidade universitária. Digo isso porque há uma tentativa,
1581 um descuido, de fingir que não há diferenças, dentro da comunidade
1582 universitária, sobre como deveria se tratar esse debate, de como se tomar
1583 decisões dentro da Universidade, que não é propriedade de nenhum dos
1584 conselheiros, pelo contrário, é da população e, mais ainda, da comunidade
1585 acadêmica. De forma que me parece contraditório dizer que parece um
1586 equívoco chamar a comunidade para opinar sobre cada uma das decisões,
1587 porque isso não seria legítimo e considerar perfeitamente legítimo que menos
1588 de 100 pessoas possam tomar as decisões por mais de 80 mil pessoas.
1589 Parece-me uma contradição, em termos, do que foi apresentado aqui
1590 publicamente. Por último, queria dizer que várias intervenções fizeram o
1591 trabalho de ressaltar a importância desse debate, mas sem ressaltar, por
1592 exemplo, uma das questões que temos insistido e que a Reitoria da
1593 Universidade, infelizmente, tem se negado a se pronunciar, que é: como pode
1594 se tratar de democracia em uma Universidade onde as diferenças teimam em
1595 ser suprimidas pela força? Como pode se falar de avanço na democracia
1596 dentro da Universidade, se hoje temos um cenário onde mais de 60 estudantes
1597 estão sendo processados? Dezenas de trabalhadores da diretoria do Sindicato
1598 dos Trabalhadores da USP e de fora estão sendo processados por suas
1599 posições políticas e ideológicas. Como é possível se tratar de uma democracia
1600 sem partir desses termos? Para nós, para se iniciar um processo democrático

de transformação na Universidade, é uma condição mínima que não vivamos mais nessa condição de liberdade vigiada, com vários processos administrativos. Sobre a questão da transparência, para nós é muito estranho e irônico que seja questionado as transparências de nossas deliberações, se até mesmo as reuniões internas das nossas entidades são delatadas através de relatos, através de um dossiê de espionagem feito para as três entidades representativas da Universidade, onde se sabe cada passo que é dado dentro dessas entidades. As nossas decisões são tomadas, não através de uma 'canetada', mas através de assembleias, nas reuniões de Unidades, deliberadas democraticamente e, ao contrário do que temos visto, inclusive nos últimos anos, por parte da administração da Universidade, não tiramos das reuniões onde são deliberados temas importantes, aqueles membros que não são afetos das nossas ideias. Não praticamos esse tipo de método, tomamos nossas decisões democraticamente, abrindo o debate, com as polêmicas, etc e é nesse sentido que achamos que deveriam ser tomadas todas as decisões na Universidade. Foi colocado, também, um tema que me chamou a atenção, que é a questão de que existem caixas preta na Universidade, referindo-se à eleição dos representantes de discentes e funcionários. Não somos nós que guardamos nenhuma caixa preta dentro da Universidade, pelo contrário, reiteradamente temos insistido neste Conselho para que seja apresentado publicamente, por exemplo, os dados referentes às contratações das empresas terceirizadas e os dados referentes a cada um dos contratos das fundações de ensino privado. E não à toa que boa parte desses dados continua guardado. Então, não somos nós que somos guardiões de nenhuma caixa preta. Por último, entrarei em um tema que também diz respeito à transparência na Universidade. Tem sido debatido em nível nacional e, também, na Universidade, por entidades representativas, não somente o problema da falta de democracia de hoje, mas também a falta de democracia de outros momentos sombrios da nossa história em que, infelizmente, a história da Universidade de São Paulo não foi passada a limpo, como por exemplo o período em que dezenas de professores foram aposentados compulsoriamente durante o período da ditadura militar, estudantes e trabalhadores foram perseguidos. E hoje, em 2012, tem-se a pachorra de considerar uma afronta a determinadas Unidades, quando esta história começa a ser apurada. Então, de que democracia estamos falando? Esta também parece ser uma caixa preta que a Universidade tem que abrir e passar a limpo. Por último, queria colocar que, na nossa avaliação, só vai ser possível iniciar um processo democrático quando a comunidade universitária e o conjunto da população do Estado de São Paulo for chamado a opinar, das formas que eles considerarem as melhores e mais legítimas, sobre cada uma das decisões; quando forem encerrados todos os processos administrativos e criminais de caráter político contra os trabalhadores, estudantes e professores da nossa Universidade; quando for revogado o Decreto de 1972, que a própria justiça determinou que é um erro, um atentado contra as liberdades democráticas, que permitiu que a Universidade expulsasse 8 estudantes de seu quadro; quando for feita a apuração de todos os casos de desaparecimentos e perseguições políticas e ideológicas de estudantes, trabalhadores e professores, durante o período da ditadura militar; quando for instituída uma estatuinte livre, democrática e soberana, controlada pelo conjunto da comunidade e não por este Conselho e que defina como serão os métodos para eleger representantes e deliberações,

de maneira democrática, pelo conjunto da comunidade Universitária. Não estamos apenas no século XIX, de acordo com algumas intervenções, porque já na Revolução Francesa, um dos lemas era justamente que 'cada cabeça deveria ter direito a um voto'. Infelizmente é um passo atrás nos séculos que vamos ter que recorrer, porque nem isso foi reivindicado nas intervenções. Mas a Revolução Francesa não nos deu somente este ensinamento, naquele momento o terceiro estado soube encontrar os seus próprios métodos para garantir a sua democracia. Talvez tenhamos que aprender com os Jacobinos como vamos conseguir arrancar a democracia pelas nossas próprias mãos."

Cons. Carlos Alberto Ferreira Martins: "Farei algumas observações individuais, porque a Congregação do Instituto ainda não discutiu, de maneira direta, os temas da pauta, mas pretendemos fazê-lo durante o mês de agosto. Considero extremamente importante um calendário que permita a discussão ampla nas Unidades, da maneira como aparece na proposta encaminhada e, também, na fala já encaminhada pelo M. Reitor, no sentido que temos um horizonte temporal para realizar essas discussões. Parece-me extremamente importante o estabelecimento de um processo de deliberações sucessivas, seja na linha proposta pelo Prof. Janine, seja pelo Prof. Luiz Nunes, por uma razão que é fundamental não perder de vista: qualquer alteração estatutária neste tema passa pela aprovação de dois terços deste Colegiado. Não entrarei em considerações sobre a possibilidade de rupturas institucionais de outra ordem. Neste momento é razoável imaginar que nosso esforço deve ser no sentido de buscar o consenso possível, porque trata-se de alteração estatutária. E o que não atingir dois terços do colegiado não será alterado, portanto, parece-me que o estabelecimento de um procedimento de votações sucessivas é extremamente importante. Nas propostas que preveem ampliação da assembleia universitária, com incorporação dos Conselhos Departamentais, gostaria que fosse levado em consideração que temos quatro unidades na Universidade que não estão estruturadas em departamentos. Nesse sentido, proponho que no caso das unidades que não estão estruturadas em departamentos, incorpore-se à assembleia universitária, caso ela venha a ser aprovada na perspectiva desta ampliação, às comissões estatutárias. Fazendo uma conta rápida sobre a composição da minha Unidade, diria que, em termos numéricos, fica bastante equilibrado. Embora não tenhamos feito a discussão específica desta pauta, a partir da nossa experiência na recente eleição de diretor e vice - registro que, no nosso caso, a eleição do diretor e do vice foi precedida de amplos debates junto ao conjunto da comunidade, registrando, também, que alguns dos diretores presentes foram eleitos a partir de uma consulta geral e da participação de toda a comunidade - a partir das discussões que fizemos, especificamente para o âmbito da eleição na Unidade, parece-me de todo conveniente formalizar a ideia da chapa. Que reitor e vice, diretor e vice constituam, efetivamente, uma equipe de trabalho e, sobretudo, formalizar a ideia da inscrição. Uma das coisas que, certamente, é mais estranho e incômodo na nossa formulação estatutária é a confusão entre candidato e elegível. O procedimento pelo qual, em princípio, todos os elegíveis são candidatos e aqueles que não quiserem ser candidatos têm que pedir ao colegiado que os autorize a não ser candidatos é um procedimento muito estranho. É fundamental neste avanço que aquele que se disponha a uma atividade de gestão se apresente, apresente sua proposta de trabalho e a partir daí se submetam ao processo que venhamos a definir. Certamente será

1701 consenso na minha Unidade que os mecanismos atuais e os colégios devem
 1702 ser ampliados, que devemos avançar no sentido de incorporar, de maneira
 1703 mais ampliada, segmentos da comunidade na decisão, tanto das eleições no
 1704 âmbito da Universidade - as reitorias - quanto das Unidades. De qualquer
 1705 forma, avançar além disso, nesse momento, seria impreciso de minha parte,
 1706 porque não fizemos essa discussão. Esses pontos, em particular, há
 1707 necessidade de serem levados em consideração. Nas unidades não
 1708 estruturadas em departamentos, parece-me importante deixar destacado desde
 1709 já, para que todos aqueles que, eventualmente, venham fazer propostas no
 1710 sentido da ampliação da assembleia ou do colégio eleitoral, levem em
 1711 consideração essas quatro unidades.” Ato seguinte, passa-se ao próximo tema:
 1712 **Inclusão Social/Cotas. Telma Maria Tenório Zorn: (apresentação)** “Como
 1713 devem lembrar aqueles que estiveram nesse Conselho em 2010, já fiz aqui
 1714 uma apresentação sobre o INCLUSP. Naquela ocasião apresentei alguns
 1715 dados e o histórico desse Programa. Acredito, entretanto, ser necessário iniciar
 1716 essa apresentação com um breve histórico, para mostrar o quanto foi realizado
 1717 e também o quanto ainda precisamos realizar em prol de uma maior
 1718 proximidade da Universidade com o ensino fundamental e médio, tendo em
 1719 vista a grande carência que temos em nosso País na formação pré-
 1720 universitária tanto na qualidade, quanto na amplitude de distribuição deste
 1721 benefício aos jovens de nosso País. Vamos à apresentação. Em 2003, a USP
 1722 inicia amplas discussões sobre a inclusão social. O CoG foi o responsável por
 1723 conduzir esta discussão. Para isso criou uma Comissão especial com esta
 1724 finalidade e foram realizados vários seminários com o tema ‘Acesso à USP’. As
 1725 propostas oriundas deste Seminário, coordenado pelo Prof. João Baptista
 1726 Borges Pereira, da FFLCH foram levadas para discussão no CoG. Isso ocorreu
 1727 na gestão da Prof.^a Sônia Penin como Pró-Reitora de Graduação. A decisão
 1728 final do CoG, após estas discussões, foi pela não implantação do sistema de
 1729 cotas na USP. Por outro lado, o documento indicava fortemente que a
 1730 Universidade deveria ampliar suas ações afirmativas e que essas deveriam ser
 1731 voltadas para os alunos do Ensino Médio, de modo a contribuir para o
 1732 aprimoramento de seus estudos e elevação da autoestima dos alunos. A
 1733 questão da auto exclusão era, naquela época, ainda uma hipótese confirmada
 1734 hoje pelos relatos dos Embaixadores da USP. Dos documentos dos
 1735 embaixadores da USP, dois aspectos importantes e preocupantes se
 1736 comprovam: a auto exclusão e o desconhecimento das Universidades paulistas
 1737 como públicas e gratuitas. Estamos preparando uma publicação desses
 1738 documentos e, inclusive, há colegas da FFLCH interessados em analisar estes
 1739 resultados o que deve contribuir muito para o nosso maior entendimento da
 1740 problemática, e ainda, para traçar direções para melhorar as nossas relações
 1741 como Universidade com o compartimento que nos precede. Dessa forma, o
 1742 relatório e a decisão do CoG foram encaminhados ao M. Reitor da época, Prof.
 1743 Adolpho Melfi, com solicitação para o envio desta matéria para apreciação final
 1744 do Co. A matéria foi discutida amplamente em uma sessão extraordinária do
 1745 Co, em 2005, que acatou a direção dada pelas discussões vindas do CoG e o
 1746 documento foi aprovado. Em 2006, já havia mudado a gestão e a Reitora era a
 1747 Prof.^a Suely Vilela, que coloca em prática a decisão do Co, criando o Programa
 1748 de Inclusão Social da USP - o INCLUSP. O INCLUSP foi aprovado em maio de
 1749 2006 e utilizado no vestibular 2007. Em 2008, a Pró-G desenvolve novas
 1750 ações, criando e aprovando uma complementação do INCLUSP, o PASUSP.

1751 Isso mostra como certas questões carecem de cuidado e aperfeiçoamento ao
1752 longo do tempo. À medida que vamos pondo em prática as ações e analisando
1753 os resultados vamos também corrigindo rumos e traçando novas direções.
1754 Projetos educacionais são necessariamente de longo prazo, pois exigem
1755 análise dos resultados, reflexões e novas tomadas de decisões. Aliás, este
1756 procedimento é a característica de uma Universidade. O INCLUSP baseia-se
1757 em um sistema de bonificação para candidatos oriundos de escola pública
1758 sobre o desempenho obtido na prova FUVEST. O INCLUSP sofreu algumas
1759 modificações ao longo desse período entre essas, o valor da bonificação a
1760 qual, atualmente, é integralmente vinculada ao mérito, isso é, o desempenho
1761 na FUVEST. O INCLUSP é um programa voltado para alunos que fizeram parte
1762 de seu estudo em escola pública (Fundamental ou Médio), enquanto que o
1763 PASUSP é voltado para o estudante que fez todo seu estudo em uma escola
1764 pública. Portanto, o PASUSP tem como fundamento apoiar mais fortemente
1765 candidatos com maior desvantagem socioeconômica, uma vez que hoje, no
1766 Brasil, um aluno que fez todo seu estudo em uma escola pública - Fundamental
1767 e Médio – é, de fato, muito pobre. A renda familiar desses alunos, em geral,
1768 não ultrapassa cinco salários mínimos, pelos dados que temos nas inscrições
1769 na FUVEST. O bônus variou ao longo do tempo, e de 2006 a 2010 foi sendo
1770 trabalhado e adaptado. No início havia o bônus chamado 'Universal', oferecido
1771 automaticamente para todos oriundos de escolas públicas o qual era
1772 desvinculado do mérito. Na FUVEST 2007 e 2008 esses alunos de escola
1773 pública recebiam automaticamente 3% de bônus –Bônus Universal. Na
1774 FUVEST 2009 receberam bônus de 3% universal + até 6% pelo ENEM + até
1775 3% pelo PASUSP. Em 2009 este bônus foi elevado para 12% da seguinte
1776 forma: 3% como 'Universal'; até mais 6% pelo ENEM - na época em que era
1777 possível seu uso. Atualmente, entretanto, temos muita dificuldade em utilizar
1778 essa nota do ENEM devido à incompatibilidade de datas - USP, entretanto,
1779 sempre se manteve aberta a possibilidade de utilizar a nota do ENEM- e até
1780 mais 3% pelo PASUSP. Toda a bonificação entra nas duas fases da FUVEST.
1781 A FUVEST de 2010 foi igual a de 2009 tendo havido a troca do ENEM pelo
1782 bônus da FUVEST criado para substituir esta nota do ENEM. A FUVEST de
1783 2011, já na atual gestão, foi mantida como a de 2010 com uma modificação
1784 importante: a exclusão do bônus automático de 3% que foi incluído na
1785 bonificação por desempenho, mantendo-se o total de 12% de bonificação. A
1786 partir daquele ano, já então na gestão do Prof. João Grandino Rodas, o
1787 INCLUSP voltou a ser discutido em uma sessão extraordinária deste Conselho
1788 Universitário, em novembro de 2010. Naquela reunião apresentei um histórico
1789 similar a este, com os resultados obtidos até aquele momento, bem como me
1790 comprometi com o aperfeiçoamento deste Programa. Para isso a questão foi
1791 levada para discussão no CoG. Na reunião do dia 31 de março de 2011, o CoG
1792 aprovou o novo INCLUSP, a partir de uma proposta construída e discutida
1793 amplamente nas unidades. O Novo INCLUSP já foi adotado no ano passado,
1794 para o Vestibular 2012. O Novo INCLUSP elevou o bônus de 12 para até 15%
1795 para os candidatos PASUSP que, insisto, é o foco principal – são estes alunos
1796 que fazem todo o Ensino Fundamental e Médio - e o mesmo bônus foi
1797 excepcionalmente adotado no vestibular 2012 também para os candidatos
1798 INCLUSP. Mantivemos o mesmo bônus para os dois programas por estarmos
1799 em fase de transição. O INCLUSP oferece também um bônus de menor valor-
1800 8% - para os alunos egressos de escola pública. Ou seja, aquele que fez

1801 vestibular e não entrou, ou aquele que decidiu não fazer naquele ano. Em
1802 qualquer momento que um aluno egresso de escola pública fizer o vestibular
1803 FUVEST ele continuará a receber 8% de bonificação pelo desempenho na
1804 FUVEST. Desse modo, a relação da Universidade com o egresso de escola
1805 pública é mantida por meio desta bonificação. Dediquei-me muito ao PASUSP,
1806 pois, ele estava incompleto. O PASUSP- Programa de Avaliação Seriada da
1807 USP- tem como objetivo estabelecer uma proximidade maior da Universidade
1808 com o aluno de escola pública desde o momento anterior ao vestibular. Este
1809 Programa estava incompleto, era feito apenas no terceiro ano e achamos que
1810 deveria ser completado. Desse modo o PASUSP passou a incluir alunos do
1811 segundo ano do colegial, como treineiros. Como chamamos, são os treineiros
1812 especiais do Programa de Inclusão da Universidade. Essa mudança é muito
1813 importante, porque quase 100% de nossos treineiros, até o ano passado,
1814 vinham de escolas particulares. Os alunos de escola pública não vinham fazer
1815 esta prova, não eram estimulados a ter esta oportunidade e a chance de fazer
1816 um vestibular como treineiro é extraordinária. Outra mudança que fizemos foi
1817 trazer estes alunos para dentro da USP, por meio da FUVEST. Até então,
1818 fazíamos uma prova especial nas próprias escolas. Ao fazer o vestibular, o
1819 aluno já se habitua ao ambiente da FUVEST, perde o medo e vivencia a
1820 experiência. Além disso, esses 'treineiros PASUSP', já recebem uma
1821 bonificação, a qual é automática, pela coragem e disposição destes alunos de
1822 vir fazer a prova. Recebem, portanto, 2% de bonificação automática, sem estar
1823 vinculada ao mérito e até mais 3% pelo desempenho que possam ter na prova.
1824 Portanto, guarda essa bonificação – de até 5%- como uma poupança para o
1825 vestibular de verdade. A ideia é extraordinária. Ao concluir o terceiro ano e
1826 realizar o vestibular para valer, o aluno traz até 5% de poupança com ele. Essa
1827 estratégia cria um vínculo do aluno com a Universidade e desperta seu desejo
1828 de estudar na USP. Uma colega embaixadora escreveu em seu relatório uma
1829 frase que me marcou muito: 'não se deseja aquilo que não se conhece'. Desta
1830 forma, este Programa visa justamente a fazer com que o aluno de escola
1831 pública vença a sua auto exclusão e deseje, de fato, por meio do
1832 conhecimento, estudar na USP. O PASUSP é um programa jovem. Nenhum
1833 programa dessa natureza pode ser consolidado em curto prazo. Programas
1834 dessa natureza devem ser vistos e cuidados como programas de longo prazo.
1835 Aliás, como tudo na educação, não podemos esperar ter uma resposta de
1836 imediato. É por isso, que não se pode mexer muito nos projetos. Deve-se ter
1837 muito cuidado com essa questão. Vemos, portanto, o PASUSP e o INCLUSP
1838 como um programa de longo prazo. A ideia é nos aproximar da Secretaria
1839 Estadual de Ensino por meio dos embaixadores. É, portanto necessário que a
1840 Secretaria de Educação nos apoie permitindo essas visitas. Esperamos
1841 contribuir para a melhoria do ensino público, pois, este aluno que fez a prova
1842 no segundo ano, não vai mais ter, no ano seguinte, a mesma postura de antes.
1843 Ele vai ter aspirações e transformar a USP em um projeto. O objetivo do
1844 INCLUSP-PASUSP é fazer com que a sociedade entenda que a Universidade
1845 tem um projeto oficial para a escola pública e com isso esperamos que os pais
1846 não tirem os filhos da escola pública no último ano, para que realize seus
1847 estudos em uma escola particular. Muita gente escreve dizendo que o filho está
1848 indo para o terceiro ano e pergunta se deve mudá-lo para uma escola
1849 particular. Aconselhamos que os mantenha em uma escola pública porque
1850 queremos que ela melhore e porque assim seus filhos terão acesso ao

1851 INCLUSP. Demonstrarei pelos dados consolidados o grande avanço que
1852 tivemos o que não significa que não devamos continuar a trabalhar. Esse slide
1853 mostra a evolução da ampliação das vagas. Sabemos que ampliar vagas é
1854 uma maneira importante de aumentar a inclusão social. A ampliação deve
1855 ocorrer cuidadosamente respeitando o nosso limite, para preservar a
1856 qualidade. Observamos um aumento de 25,43% de expansão neste período de
1857 2003 a 2012. Outro resultado importante foi trazer de volta os alunos de escola
1858 pública para o vestibular, pois, quem não compete não entrará nunca.
1859 Estávamos em uma curva descendente que nos preocupava e que foi muito
1860 divulgada na mídia. Conseguimos um resultado que considero muito animador,
1861 que foi o aumento, de fato, do número de inscritos na FUVEST. Não posso
1862 deixar de mencionar o PROUNI. Observem que há uma clara correlação entre
1863 o aumento das bolsas PROUNI e uma diminuição da vinda de alunos de escola
1864 pública para a FUVEST. Conseguimos esse resultado com muito esforço o qual
1865 se deve certamente ao trabalho dos embaixadores. Observem nesse slide que
1866 a linha azul mostra os inscritos e a linha vermelha, os presentes na FUVEST.
1867 Temos representados, ainda, os convocados para segunda fase e os
1868 aprovados na primeira chamada. Não vou detalhar, pois todos podem observar
1869 as curvas e podem comparar os dados que se referem ao período de 2010,
1870 2011 e 2012. Tivemos, de fato, um aumento significativo no número de
1871 candidatos INCLUSP e do mesmo modo no total FUVEST. Além disso,
1872 podemos notar um aumento significativo de inscritos e, também, de aprovados
1873 oriundos de escola pública, na primeira chamada. Esta primeira chamada ainda
1874 não diz tudo, tivemos 11% de aumento, mais adiante verão que a
1875 porcentagem de ingresso foi bem maior após a última chamada. Observem que
1876 16,8% dos alunos que se inscreveram não virem fazer a prova. Essa é uma
1877 questão que tentaremos superar este ano, com a campanha intensa dos
1878 embaixadores. É uma questão que deve ser superada, pois não dá para
1879 entender que o aluno se inscreva e não venha realizar a prova, particularmente
1880 porque oferecemos gratuidade no vestibular para quem demonstra dificuldade
1881 financeira. Quanto ao PASUSP podemos também observar um bom resultado.
1882 Um aumento significativo de inscrições. Vemos, entretanto, que 26,39% dos
1883 inscritos não compareceram. Isso é inacreditável! Esses alunos enviaram
1884 formulário com foto, com assinatura do seu diretor e não compareceram à
1885 prova. Temos que entender as razões. Não podemos perder estes meninos. O
1886 resultado é que tivemos 319 alunos PASUSP matriculados em nossos cursos.
1887 Com relação aos treineiros do PASUSP, alunos de 2º ano do Ensino Médio,
1888 também houve um resultado animador: 56 deles foram aprovados. Esses 56
1889 alunos devem ter, pelo menos, um bônus mínimo de 2% e máximo de 5% que
1890 trarão consigo no próximo ano. Esse pessoal está comprometido com a USP.
1891 Com relação aos alunos de primeira chamada escola pública que realizaram a
1892 FUVEST, houve um aumento significativo tanto no número de inscritos como
1893 no de matriculados, após a última chamada. Observem que a porcentagem de
1894 matriculados na USP, vindos de escola pública, chegou a 28,03%. Aos
1895 pouquinhos estamos aumentando o número desses alunos na USP. Também
1896 há um dado interessante que são os matriculados PASUSP. Tivemos, no final,
1897 319 alunos PASUSP matriculados e vejam que esse número vai aumentar com
1898 a última chamada, porque estes alunos, de um modo geral, não têm um
1899 desempenho tão bom de modo que este número vai aumentando à medida que
1900 as chamadas se completam. O próximo slide mostra a distribuição por etnia e

mostra a porcentagem de pretos, pardos e indígenas inscritos (em azul) e matriculados (em vermelho), na USP ao longo de 2000 a 2012. É importante observar que em 2000 tínhamos 11,04% de candidatos de cor preta, enquanto que em 2012 temos 14,1% de ingressantes. Portanto, o número de ingressantes superou o número de candidatos ao longo deste tempo. Dá para ver perfeitamente que há um nítido estiramento da barra em 2007 quando o INCLUSP começou. Podemos traçar uma linha que separa o período pré-INCLUSP do período pós-INCLUSP. Nesse slide vemos a porcentagem de pretos, pardos e indígenas oriundos de escola pública. Notem que, com o início do INCLUSP em 2007 tínhamos 14,1% deste contingente ingressando na USP, enquanto que este ano tivemos 26%. Quero ressaltar que a UNESP não tem nenhum projeto de inclusão social. A UNICAMP tem um programa que dá uma bonificação um pouco maior para os candidatos que se declaram pretos ou pardos, mas, a UNICAMP não atingiu ainda 9% do conjunto destas etnias, preta, parda e indígena, ingressando na Universidade, como consta do último relatório da UNICAMP. Nesse slide vemos a porcentagem daqueles que se declararam brancos, resalto que são dados obtidos de auto declaração no formulário da FUVEST. Notem que há uma tendência a diminuir esse compartimento, pela crescente vinda à FUVEST de outras etnias. O número de indígenas é muito baixo e constante, entre 0,2 ou 0,3%. O desempenho nos cursos é muito importante para uma Universidade que se preocupa com a formação qualificada dos seus estudantes. Não é possível fazer um programa de inclusão social sem acompanhar passo a passo o desempenho dos nossos ingressantes por este programa. É essencial termos responsabilidade com a formação que eles devem obter na universidade. Eles devem ter a capacidade de acompanhar os nossos cursos. Nesse slide vemos os dados globais de desempenho dos ingressantes pelo INCLUSP de 2007 e 2010. Estamos fazendo agora um estudo por curso e é possível que haja diferença entre os diversos cursos. A USP, também, acabou de anunciar a abertura do programa de transferência. Colocamos, anualmente, à disposição as vagas não ocupadas naquele ano. Estamos trabalhando muito neste programa, porque ele precisa ser consolidado, mais divulgado e, de fato, ampliado, porque não podemos ter vagas ociosas na universidade pública. Todas as vagas remanescentes oriundas de desistências, evasão ou mesmo transferência interna de um curso para outro (migração), são anualmente postas em concurso outra vez. Há um grupo de trabalho, no CoG, para tratar do aperfeiçoamento dos critérios, para tornar o processo de transferência mais visível de modo que a sociedade aproveite mais desses processos de transferência, que pode ser melhorado. Esse slide mostra o perfil socioeconômico daqueles que entram pelo PASUSP, pelo INCLUSP e daqueles USP em geral. No PASUSP, 34,8% das pessoas tem uma renda familiar mensal entre 3 e 5 salários mínimos. No INCLUSP, esse percentual diminui um pouco, sendo 28%. Observem que, mesmo naquele grupo que não é INCLUSP ou PASUSP, ainda temos 19,2% de pessoas que são muito pobres, embora a renda total dos grupos aumente um pouco. O PASUSP foi aberto nessa sexta-feira, o sucesso foi grande, mostrando que a campanha dos embaixadores, de fato, está funcionando e isso é muito bom. Quero informar que a USP tem ingressantes - estes são dados do ano passado - alunos INCLUSP e PASUSP em todos os seus cursos, não há um só curso da USP que não tenha alunos oriundos desses programas. Os números mostrados são

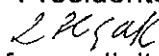
1951 números absolutos: nas Biológicas são 521 alunos, em Exatas são 935 alunos
 1952 e em Humanas são 1.170 alunos, porque, de fato, as Humanas tem o número
 1953 de vagas extremamente grande, só em Letras são perto de 900 vagas. O
 1954 Programa Embaixador, criado na gestão passada, mas que adotei
 1955 completamente por considerá-lo extraordinário, envolve a comunidade da USP
 1956 neste compromisso de divulgação nas escolas públicas. Começamos a fazer
 1957 reuniões anuais dos embaixadores na minha gestão, no início da campanha, e
 1958 ano passado, crescemos uma segunda reunião no final da campanha visando
 1959 a fazer uma prestação de contas aos Embaixadores. Digo que os
 1960 Embaixadores é um programa de dupla mão porque quem dele participa, ao
 1961 receber o resultado - número de alunos que se inscreveram e quantos foram
 1962 aprovados da escola visitada por ele - sente uma satisfação extraordinária.
 1963 Quem faz esse trabalho sente-se muito feliz. Para evidenciar o sucesso do
 1964 Programa vejam que de 2007 a 2011, tivemos 1.465 embaixadores enquanto
 1965 que, somente no ano passado tivemos 381 e este ano 1.780 pessoas estão
 1966 envolvidas, sendo 1.517 alunos de graduação, 167 de pós-graduação e 96
 1967 docentes. Estamos, de fato, formando um pequeno exército de pessoas que se
 1968 dispõem a ir às escolas públicas divulgar o programa de inclusão. As inscrições
 1969 do PASUSP já se iniciaram, começou na sexta-feira e já temos 3.037 alunos
 1970 inscritos. Fizemos um formulário perguntando de onde eles ouviram isso e
 1971 22,4% escutaram estas informações pelos nossos embaixadores, o que
 1972 demonstra que, de fato, este programa está dando certo. Não dá para pensar
 1973 inclusão social sem pensar em um forte programa de permanência e a USP
 1974 tem pensado nisso fortemente. Podemos ver o aumento significativo no apoio à
 1975 permanência destes alunos, a criação de 1.000 bolsas para os ingressantes do
 1976 programa Tutoria Acadêmico-Científico 'Mentoring', que é muito mais que um
 1977 orientador, é um tutor de verdade, bem como os programas de
 1978 internacionalização e todos os outros programas de apoio, mas,
 1979 principalmente, faltava uma bolsa para o primeiro ano, que foi criada agora pela
 1980 Pró-G." **Cons. Leandro Salvático Silveira da Silva**: "Tentarei falar pouco,
 1981 apesar de ter que desconstruir muitas coisas que foram apresentadas e
 1982 questionar, também, algumas outras. Convido os senhores a dar uma lida no
 1983 material, não sei se todos receberam aquele dossiê que mandei, com algumas
 1984 informações sobre ações afirmativas. São publicações interessantes e devem
 1985 ser repassadas às pessoas próximas, das suas Unidades. Faço algumas
 1986 perguntas para começar, porque isso vai ser discutido dentro de um contexto
 1987 do confinamento racial acadêmico brasileiro. Pergunto: quantos professores
 1988 negros os senhores conhecem? Façam esta reflexão. E no seu convívio, como
 1989 está? Porque, às vezes, inserimo-nos em um determinado contexto e
 1990 passamos a querer discutir a questão racial. Quem dos senhores aqui é
 1991 especialista em questões étnico-raciais e em ações afirmativas? Há alguém
 1992 especialista neste Conselho? Ninguém. Muitas vezes, por exemplo, os
 1993 senhores que não têm contato com o tema em seu dia-a-dia ou, muitas vezes,
 1994 nem contato com negros em sua rotina, fazem estas análises de uma forma e
 1995 não conhecem a temática e a problemática que estão abordando, que é uma
 1996 situação bem delicada em nosso País. Para falar da questão sobre o
 1997 confinamento racial citarei o Prof. José Jorge de Carvalho, da Universidade
 1998 Federal de Brasília (UnB), que participou da implementação do programa em
 1999 Brasília. Ele faz uma análise do número de professores universitários que há
 2000 nas principais universidades do Brasil e a conclusão que ele chega é que este

número na USP, na UNICAMP, UFRJ e na URGs é 0,2% e vai aumentando até chegar em 1% de professores negros, na UnB. Dessa forma, ele continua fazendo esta reflexão sobre o confinamento racial de não haver brancos e, sequer, os brancos aqui presentes têm contato, de fato, com os negros e diz que se não somos diretamente responsáveis por esta exclusão, nem nos sentimos coniventes com a sua reprodução, então, deveríamos admitir - para iniciar uma reflexão crítica - que temos sido forçados a desenvolver nossas atividades dentro de um regime de confinamento racial, que herdamos das gerações passadas de acadêmicos. Se juntarmos todos os professores das universidades anteriormente citadas, teremos 18.400, na contabilidade do Prof. José Jorge, especialista em ações afirmativas, sendo 18.330 brancos e 70 negros. E ele faz uma discussão muito interessante, que convido os senhores a lerem no documento que foi entregue, chama-se Dossiê Cotas na USP - parte I. Parte I, porque virão outros documentos para dar mais informações que os senhores nunca tiveram em suas carreiras acadêmicas, porque perguntei aos senhores se há algum especialista nisso e ninguém respondeu que sim. Continuando, quantos destes 18.400 têm relações minimamente igualitárias, fora da academia, convivendo com brancos e negros em seus locais de trabalho e na classe social, em suas residências, no seu comércio? Vocês realmente conhecem a realidade dos negros brasileiros ou apenas veem os negros enquanto objeto e não enquanto sujeitos? Continuando esta problemática, ele aborda esta questão, inclusive, isso é típico na Biologia, de falar que só existe uma raça, sendo que essa ideia foi desconstruída na década de 60. O conceito de raça e etnia se desenvolve através de questões sociais, geográficas, entre outras de que trata Delcele Mascarenhas Queiroz, da Universidade Federal da Bahia, e que também foi tratada por Florestan Fernandes em seu livro 'A integração do negro na sociedade de classes', de 1965, o qual ele publicou um pouco antes de ser aposentado compulsoriamente, em 1969. Para vocês verem como é difícil tratar deste tema - raça - no Brasil. Na sequência, ele publicou, em 1972, 'O negro no mundo dos brancos', em que desconstrói este conceito de raça enquanto genética. A raça não importa, de fato, ou o gene. O que importa se uma população viveu ou não na África no passado? O dado relevante é que no universo simbólico em que se movem as relações sociais brasileiras, indivíduos de aparências fenotípicas distintas recebem tratamentos distintos nas mais diversas esferas sociais. As representações que comandam as relações sociais entre os brasileiros de diferentes aparências fenotípicas transformam marcas corporais e sinais de prestígio ou desprestígio, refletindo-se de modo drástico na vida da população negra que, no final das contas, tem indicadores sociais sempre piores do que da população branca. Dessa forma, fala-se que não teve condições de estudo, mas mesmo quando tem condição e comparamos pessoas de mesma formação acadêmica e seus respectivos salários, o salário do negro é 1/3 inferior ao do branco. Isso mostra nitidamente que existe o racismo no Brasil e ele está se reproduzindo com o auxílio ou conivência de alguns de nós. É por isso que queremos desconstruir e a proposta das cotas sociais com recorte racial vem neste sentido. Foi dito a respeito da USP e gostaria de dizer que em 2004 aconteceu, sim, esta discussão, no início da década passada, por conta da pressão social, a mesma que trouxe à tona, novamente, este abaixo-assinado, que com 20% das assinaturas, obrigou regimentalmente este Conselho a discutir as cotas raciais em sua próxima reunião ordinária. É a

2051 mesma pressão social dos mesmos grupos sociais que uma década depois,
2052 após não serem ouvidos pela USP, estão voltando para pleitear o direito ao
2053 conhecimento. A Comissão Especial criada não contou com participação de
2054 pessoas que realmente conheciam a questão de ações afirmativas, ela foi
2055 composta por membros da Pró-G que, assim como os senhores aqui
2056 presentes, não são especialistas em inclusão social e nem em ações
2057 afirmativas. Por isso que em nosso pedido, que foi junto com o abaixo-assinado
2058 e com o ofício, solicitamos a participação externa, afinal, os professores que
2059 conhecem a temática, o Núcleo de Consciência Negra e outros movimentos
2060 sociais, como o movimento negro estudantil, estudam isso há anos vão ficar de
2061 fora desta discussão para que os senhores conselheiros decidam uma questão
2062 de relevância tão grande para toda uma população? 50% da população
2063 brasileira é negra e pessoas que desconhecem a questão do negro e não são
2064 negras vão fazer uma tomada de decisão por eles, sem querer ouvi-los, isso é
2065 inadmissível. De todo modo, esta discussão foi feita e o INCLUSP foi
2066 implantado. Depois, a discussão foi realizada novamente em novembro de
2067 2010 e, ainda, em março de 2011, que foi quando o INCLUSP foi refeito e o
2068 Núcleo de Consciência Negra e os cursinhos populares da USP pediram
2069 novamente para participar da discussão sobre a questão do INCLUSP e este
2070 pedido foi negado pela Pró-G, o que mostra que não há ouvidos para as
2071 demandas do povo negro dentro da Universidade e não podemos ser
2072 coniventes com esta questão. Na próxima reunião, onde iremos discutir isso,
2073 peço encarecidamente a cada um dos senhores que venham realmente
2074 dispostos a ouvir coisas que, talvez, não estejam acostumados a ouvir em seu
2075 dia-a-dia. São coisas que realmente entram e mexem em uma ferida da
2076 sociedade brasileira que não cicatrizou e só cicatrizará quando a população
2077 negra estiver inserida aqui dentro, caso contrário, continuaremos a bater na
2078 porta, repetidamente, até que aconteça a entrada. Novamente solicitamos que
2079 o movimento negro e professores especialistas em ações afirmativas
2080 participem das discussões no Co e, também, nas Unidades, onde cada um dos
2081 senhores vão fazer esta discussão, pois terão que voltar com uma posição e
2082 porque acredito que não decidirão se são à favor ou contra sem, sequer, ter
2083 conhecimento do tema. Como isso entrou na pauta do Co para ser deliberado,
2084 os senhores terão que fazer estas discussões em suas Unidades. Gostaria,
2085 realmente, que os senhores convidassem pessoas que sabem do tema para
2086 orientá-los no que tange a uma tomada de decisão consciente para o nosso
2087 futuro. Com relação aos dados da Pró-G, os mesmos não estão disponíveis
2088 publicamente. Naquele *síte* da Pró-G que apareceu não há nada, não diz nada
2089 sobre dados. E, agora, dentre os muitos dados que foram apresentados, um ou
2090 outro me chamou atenção, que diz respeito ao PASUSP ir buscar os treineiros.
2091 A inclusão que ele gerou foi de 56 alunos, isso é menos de 0,05%. Se isso é
2092 inclusão social, o que é exclusão? E, para finalizar, abordo a questão jurídica
2093 que ressuscitou um debate, que o confinamento acadêmico quase fez
2094 desaparecer, que é a questão das cotas sendo discutidas no Supremo Tribunal
2095 Federal. Estive no STF no momento que entrou o Ministro Joaquim Barbosa,
2096 primeiro negro e, até aquele momento, único a integrar o STF. Ele começou a
2097 falar dele dizendo e, com o respaldo do que sabemos ser verídico, porque
2098 diversos autores já demonstraram que a luta anti-cotas é a luta de uma elite
2099 que quer manter o poder que, historicamente, detém. Não sei se estamos
2100 reproduzindo isso consciente ou inconscientemente, ou lutando contra, mas

2101 esse é o fato. E, pelo menos na análise dos juristas, que conhecem
2102 profundamente o tema e debruçaram-se sobre ele, estes decidiram favorável e
2103 unanimemente em prol das cotas raciais. Em seguida - e para marcar a derrota
2104 da ação dos democratas - entrou o Ministro Cezar Peluso, que fala das
2105 discriminações positivas ou ações afirmativas, cada autor trata de uma maneira
2106 o conceito, que são plenamente constitucionais e cita o exemplo da Lei Maria
2107 da Penha. Existe a diferença entre o homem e a mulher, uma vez que o
2108 homem é mais forte, na maioria das vezes, e por isso a possibilidade de se
2109 fazer uma violência sem condições de reação. A Lei Maria da Penha é uma
2110 discriminação positiva. Alguém aqui é contra a Lei Maria da Penha? Não. E,
2111 ainda, o Ministro atacou alguns argumentos anti-cotas que foram utilizados, um
2112 deles é de que as cotas vão gerar discriminação, ele enfatizou - e eu retomo
2113 neste Conselho - que não existe nenhum dado empírico que confirme isso, pelo
2114 contrário. Existem diversos estudos que apontam para o outro lado, no entanto
2115 continuam falando que vai gerar uma guerra racial. Outros que atacam as
2116 cotas, atacam a questão do mérito, no entanto, repito as palavras do Ministro
2117 Cezar Peluso, que não existe mérito quando se compara de forma igual dois
2118 indivíduos que não tiveram oportunidades iguais ou similares. Você coloca o
2119 vestibular igual para duas pessoas que não tiveram condições iguais de acesso
2120 ao conhecimento e preparação, esse vestibular não está, de fato, avaliando se
2121 um é melhor do que o outro e se a capacidade de aprendizado e de
2122 desenvolvimento de um é melhor do que a do outro, porque os dois tiveram
2123 oportunidades diferentes de preparo. Então, a meritocracia, nesta decisão do
2124 STF, foi por água abaixo juridicamente e cientificamente, a qual já havíamos
2125 derrotado esta falsa ideia. Um último dado sobre esta discussão do INCLUSP é
2126 que o Prof. Mauro Bertotti, do IQ, é o que a Prof. Telma chama de 'Pai do
2127 INCLUSP'. O Prof. Mauro participou recentemente de dois debates no Núcleo
2128 de Consciência Negra, um na Poli e outro no IQ, dois nas áreas de Exatas, de
2129 onde o referido Núcleo saiu aplaudido, pela consistência dos argumentos
2130 apresentados. E acho que uma das coisas que o Prof. Mauro e os outros
2131 devem ter gostado de ouvir, pelo menos se a pessoa não for racista, é que nos
2132 últimos cinco anos, nos cursos de maior excelência, como Medicina, Direito e
2133 outros, ingressaram 77 negros. Isso foi um número que o Prof. Mauro passou e
2134 é vergonhoso para cinco anos, lamentável. Tem uma posição que concordo
2135 com a Prof.^a Telma e gostaria de ressaltar e elogiá-la, pois ela fez esta
2136 abordagem e é importante que se faça. Inclusive, dentro deste Dossiê, os
2137 conselheiros encontrarão esta mesma informação analisada, de outras
2138 universidades, que é o relato das experiências de quem implementou o sistema
2139 de cotas. No Dossiê - número II: o negro na Universidade, o direito à educação
2140 começa com o artigo do professor Kabengele Munanga e termina com o relato
2141 de quem implementou o sistema de cotas. A conclusão é que o desempenho
2142 dos cotistas é igual e, às vezes, ligeiramente superior aos dos não cotistas. E,
2143 então, os cientistas da área foram se debruçar em cima do porquê disso, uma
2144 vez que os cotistas têm condições de preparo inferior, tem menor condição
2145 historicamente, não tem tanto apoio familiar por causa do analfabetismo
2146 herdado da escravidão e perpetuado por políticas de Estado que privavam o
2147 negro de acesso aos seus direitos e foram chegar à conclusão de que aqueles
2148 indivíduos se tornavam referências em suas cidades e comunidades. Sou uma
2149 referência em meu bairro e lá não há ninguém que tenha entrado na
2150 Universidade. As pessoas quando me encontram e falo que estudo na USP,

2151 elas me veem como um Deus, porque elas não conhecem ninguém que tenha
2152 estudado na USP, elas acham isso uma coisa de outro mundo. E, por conta
2153 disso, consegui incentivar muitas outras pessoas a estudar e se esforçar um
2154 pouco mais. Inclusive, em minha família, pessoas mais velhas que não se
2155 interessavam por estudo, voltaram a estudar, porque viram que era possível.
2156 Elas passam a ter um exemplo, uma referência, o povo negro brasileiro, em
2157 sua maioria, não tem uma referência. Nunca houve um Reitor negro, não há
2158 professores negros. Em quantos médicos negros os senhores já passaram?
2159 Qual a referência do jovem negro brasileiro? A de pedreiro, a de pintor? Sem
2160 querer desmerecer estas profissões, mas a maioria das mulheres negras estão
2161 no mercado de trabalho como empregadas domésticas. Os senhores têm
2162 empregada doméstica negra? É outra questão que se deve pensar. É a
2163 manutenção deste sistema de 'negra é empregada e brancos são doutores,
2164 pós-doutores, reitores e governadores' que queremos eternizar em nossa
2165 sociedade? A proposta das cotas raciais com o recorte social para que os
2166 negros pobres e, também, os brancos pobres tenham condições de ter acesso
2167 a uma educação de qualidade não é uma proposta de outro mundo, isso é o
2168 mínimo que a USP, do alto de sua excelência dos *rankings* internacionais pode
2169 fazer para a população que a mantém. Não vejo nada demais, não é um pedido
2170 de outro mundo. Há mais de duas décadas estamos repetindo esta
2171 reivindicação das cotas. Somos burros? Não, somos estudiosos do tema e
2172 temos absoluta certeza - e ela não é de fé, é científica - que este sistema vai
2173 contribuir para a nossa evolução enquanto Universidade. Harvard, Columbia,
2174 Chicago University e muitas outras universidades do mundo mantém sistemas
2175 de inclusão de minorias, mas a USP nunca aceitou, até o momento atual, até a
2176 última reunião, pegar os 20% das assinaturas e protocolar este ofício, nunca
2177 havia aceitado discutir as cotas raciais neste espaço, no âmbito da
2178 implementação. Uma coisa é discutir, falar a opinião pró ou contra, a outra é
2179 discutir a implementação, de fato, e trazer posições de seus Departamentos
2180 com a discussão ampla feita a partir de pessoas que conhecem o tema.
2181 Gostaria que os senhores tomassem nota apenas do Projeto de Lei 180, de
2182 2008, que está tramitando no Senado e do Projeto de Lei 530, de 2004, que
2183 está tramitando na ALESP. O movimento negro e os movimentos, de modo
2184 geral, apoiam a aprovação destes dois Projetos de Lei que, no caso, se não
2185 conseguirmos aprovar na USP, virão de cima para baixo, porque a pressão
2186 social é muito grande, não dá mais para tolerar este sistema de inclusão ser
2187 perpetuado diante de nossos olhos. Ele propõe a inclusão de um percentual de
2188 estudantes oriundos de escola pública, então, faz-se um recorte social de quem
2189 não teve acesso a uma educação privada de excelência; e dentro deste
2190 percentual fazemos um recorte de raça, porque, então, neste percentual
2191 entrará brancos, pretos, pardos, indígenas. Faz-se, então, um recorte de 30%
2192 ou 35%, como é na UFSCAR, para que sejam alunos negros. Dessa forma,
2193 você consegue que, por exemplo, na Medicina, tenha um percentual de negros,
2194 porque esses 15% apresentados pela Prof.^a Telma seria um número de bom
2195 tamanho se esses 15% estivessem em todos os cursos. No curso que realizei,
2196 de Engenharia na EEL, em Lorena não há negro. Queria que estes 15%
2197 estivessem em Direito e em todos os lugares, porque a concentração dos
2198 negros está nos cursos de Licenciatura, na Física, no curso de Letras está
2199 cheio, mas na Faculdade de Direito, na de Medicina, na FEA e na Odontologia,
2200 que são os cursos de maior interesse social e de capacidade de mudança

2201 social, em 5 anos foram 77 pessoas. Poderia terminar essa fala com uma
2202 afirmação de que é necessária a implementação das cotas raciais para o
2203 próprio bem da USP, mas acho que isso os senhores vão chegar à conclusão.
2204 Coloco uma pergunta mais profunda: seremos coniventes com o sistema atual
2205 que vem perpetuando o racismo no Brasil? Espero que não." **M. Reitor:**
2206 "Consoante já dito no início, continuaremos, em sessão temática, ainda
2207 invertendo os temas, primeiro a inclusão social/cotas e, depois, estrutura do
2208 poder, antes ainda da realização do primeiro Conselho regular da USP. Muito
2209 obrigado a todos." Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente dá por
2210 encerrada a reunião, às 18:00. Do que, para constar, eu,  Prof.
2211 Dr. Rubens Beçak, Secretário Geral, lavrei e solicitei que fosse digitada esta
2212 Ata, que será examinada pelos Senhores Conselheiros presentes à sessão em
2213 que for discutida e aprovada, e por mim assinada. São Paulo, 26 de junho de
2214 2012.